



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



VITOR PAIVA MACHADO MARTINS DE ARAÚJO

PRECONCEITOS DE LEITURA NA TELENÓVELA:
UM ESTUDO SOBRE AVENIDA BRASIL

GOIÂNIA
2017

VITOR PAIVA MACHADO MARTINS DE ARAÚJO

PRECONCEITOS DE LEITURA NA TELENVELA:
UM ESTUDO SOBRE AVENIDA BRASIL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia ao referido curso de graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andrea Pereira dos Santos

GOIÂNIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha elabora pelo autor

Araújo, Vitor Paiva Machado Martins de.

A663e Preconceitos de leitura na telenovela : um estudo sobre Avenida Brasil [manuscrito] / Vitor Paiva Machado Martins de Araújo. – 2017.

96 f. : il. ; enc.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Comunicação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2017.
Orientadora: Profª. Dra. Andrea Pereira dos Santos.

1. Leitura-preconceitos. 2. Leitura-telenovela. 3. Avenida Brasil. 4. Mídia-cultura. 5. Análise de conteúdo. I. Santos, Andrea Pereira dos (orient.). II. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Informação e Comunicação. Curso de Biblioteconomia. III. Título.

CDU - 316.722.2(81)

VITOR PAIVA MACHADO MARTINS DE ARAÚJO

**PRECONCEITOS DE LEITURA NA TELENÓVELA:
UM ESTUDO SOBRE AVENIDA BRASIL**

Trabalho defendido para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia ao referido curso de graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, aprovado em ____ de _____ de ____, pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof^a. Dra. Andrea Pereira dos Santos – Presidenta da Banca
Universidade Federal de Goiás

Prof^a. Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes – Membro examinador
Universidade Federal de Goiás

Este trabalho representa o grito dos que não se ocultarão mais. Dedico, portanto, às minorias que são hostilizadas por sua etnia, sexualidade, gênero, crença, classe social e práticas de leitura. A vocês nada menos que meu respeito pelas lutas travadas cotidianamente contra a normatividade.

Minha saudação e empatia também aos que se insatisfazem com um governo que se legitima por mecanismos ilícitos, não respeita a vontade popular e deteriora equipamentos de formação com o desmonte do setor público: não esmoreçamos, pois a democracia triunfa quando se atinge a emancipação intelectual através da produção de pensamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é assumir que a vida não se constrói sozinha. Assim sendo, reconheço a contribuição daqueles que fazem parte da caminhada, pois viver pressupõe muito além de convívio e, apesar das adversidades, nunca se está só! Deixo expresso, então, meus sinceros sentimentos àqueles que foram as asas para que eu pudesse voar até aqui.

À minha mãe, Bárbara, e meu pai, Bruno, pois qualquer glória que eu consiga devo, senão, a eles: pelos sonhos interrompidos para que a minha vida fosse prioridade e acima de tudo pela cessão das próprias metas para que eu pudesse sorrir.

Aos meus avós, Joana e André; meus tios, Guta, Melela, Chico e Terezinha; minha irmã, Mariana; minha prima, Marisa: anjos da guarda que se vinculam a mim numa relação extracorpórea para ensinar o conceito de proteção, lealdade e amor, inspirando constantemente a ser uma pessoa melhor.

Aos meus cães, os quais me recuso colocar na condição de bicho, pois são as criaturas mais puras que existem, cujo coração não é afetado pelo ódio e cinismo de uma sociedade doente.

Ao curso de Biblioteconomia da UFG, pela contribuição intelectual à minha formação, eminentemente sujeito que exerce um ofício com tamanha responsabilidade social: Andrea, em especial; Luciana, Fátima, Eliany, Suely, Laura, Graça, João Maricato, Vanderley, Lívia, Sônia, Arnaldo e Martha, minha eterna gratidão! Vocês foram imprescindíveis ao meu crescimento, nos muitos tropeços que me fizeram cair menino e levantar homem.

Aos que confio e emprego com muita segurança o termo “amigo”: Paula, Laiz, Candice, Dara, Kellen, Mardem e Rosana. Toda motivação foi luz que dissipa as tempestades cotidianas e o entusiasmo de vocês sempre me ajudou a seguir adiante.

À Tia Beca e Vó Jandira, *in memoriam*, pela presença sempre tranquilizadora e abertura dos caminhos para onde não vejo saída.

À energia que me orienta e faz com que esteja no lugar certo e no momento oportuno mesmo que o entendimento seja indolente.

Que fique registrado para a eternidade meu amor e admiração por todos (as)! Não tenham dúvida de que cada um representa os ladrilhos que compõe o chão da minha identidade.

“[...] há de existir alguém que lendo o que escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais” (JESUS, 2014).

“Se é verdade que o que eu digo da leitura é produto das circunstâncias nas quais tenho sido produzido enquanto leitor, o fato de tomar consciência disso é talvez a única chance de escapar do efeito dessas circunstâncias” (BOURDIEU, 2011).

RESUMO

Trata de um estudo sobre leitura e mídia, cujo objeto se estabelece nos preconceitos de leitura presentes na telenovela brasileira. A questão central preocupa-se com a distribuição da referida prática entre os núcleos de suas dramaturgias, na hipótese de que existe uma construção restritiva, elitista e antidemocrática pela qual os preconceitos são reforçados à medida que se privilegia determinado suporte nas manifestações culturais dissonantes entre o “núcleo rico” e o “núcleo pobre”. Para que a análise seja sustentada, escolhe-se a novela Avenida Brasil, de João Emanuel Carneiro, transmitida pela Rede Globo entre 26 de março a 19 de outubro de 2012, considerando a audiência como critério metodológico. Apontam-se as cenas em que a leitura é retratada, identificam-se os preconceitos por dentro dos pressupostos teóricos e reconhece-se na circunstância ficcional o perfil do leitor. Justifica-se na desmistificação do conceito de leitura atrelado a suportes fixos e textos específicos, mas principalmente pelo encorajamento às diversas práticas desse universo plural. Utiliza-se da Análise de Conteúdo como método para verificação fundamentado na adequação do objetivo proposto, pesquisa esta classificada como básica, qualitativa e exploratória. Apresentam-se aspectos teórico-conceituais e evolutivos sobre leitura e telenovela; descreve-se a metodologia em suas dimensões práticas; expõem-se os dados, reflete-se o que foi exposto e indicam-se resultados de que a televisão configura um aparelho ideológico que reforça a violência simbólica ao disseminar uma ideia estereotipada de cultura como inerente às classes dominantes. Confirmam-se as suposições iniciais ao perceber a discrepância das práticas de leitura do “núcleo rico” para o “núcleo pobre”, já que existe um distanciamento de ordem social entre eles. Sugere, por fim, contribuições ao tema e continuidade à investigação.

Palavras-chave: Leitura-preconceitos. Leitura-telenovela. Avenida Brasil. Mídia-cultura. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

It deals with a study about reading and media, whose object is established in the reading prejudices present in the Brazilian soap opera. The central question is concerned with the distribution of this practice among the nuclei of its dramaturgies, in the hypothesis that there is a restrictive, elitist and antidemocratic construction by which prejudices are reinforced to the extent that a certain support is favored in the dissonant cultural manifestations between the "rich core" and the "poor core." In order for the analysis to be sustained, the novel *Avenida Brasil* by João Emanuel Carneiro, transmitted by Rede Globo between March 26 to October 19, 2012, is chosen, considering the audience as a methodological criterion. They point to the scenes in which the reading is portrayed, the prejudices are identified within the theoretical presuppositions and the profile of the reader is recognized in the fictional circumstance. It is justified in the demystification of the concept of reading linked to fixed supports and specific texts, but mainly by the encouragement to the diverse practices of this plural universe. Content Analysis is used as a verification method based on the adequacy of the proposed objective, which is classified as basic, qualitative and exploratory. Theoretical-conceptual and evolutionary aspects on reading and soap opera are presented; the methodology is described in its practical dimensions; the data are exposed, what has been exposed is reflected, and results are indicated that television sets up an ideological apparatus that reinforces symbolic violence by disseminating a stereotyped idea of culture as inherent in the dominant classes. We confirm the initial assumptions by noting the discrepancy of the "rich core" reading practices for the "poor core", since there is a social distance between them. Finally, he suggests contributions to the theme and continuity of research.

Keywords: Reading-prejudices. Reading-soap opera. *Avenida Brasil*. Media-culture. Content analysis.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Sistematização da Análise de Conteúdo	23
Figura 2 – Crescente de televisores no Brasil	26
Figura 3 – Carminha.....	62
Figura 4 – Tufão	64
Figura 5 – Ivana	65
Figura 6 – Max.....	67
Figura 7 – Nina.....	68
Figura 8 – Noêmia, Cadinho, Verônica, Jorginho, Muricy, Débora	74
Figura 9 – Diógenes, Leleco, Suelen, Paloma, Monalisa, Roni, Adauto	77
Figura 10 – Iran, Olenka, Dolores, Janaína, Lucinda, Betânia, Leandro e Nilo	81
Figura 11 – Silas, Tomás, Tessália, Jimmy, Genésio, Zezé e Picolé	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Carminha	61
Gráfico 2 – Tufão	62
Gráfico 3 – Ivana.....	64
Gráfico 4 – Max.....	64
Gráfico 5 – Nina	67
Gráfico 6 – Práticas de leitura na novela.....	86
Gráfico 7 – Suporte: tradicional X novas possibilidades	86
Gráfico 8 – Práticas de leitura no núcleo rico	88
Gráfico 9 – Práticas de leitura no núcleo pobre.....	89
Gráfico 10 – Práticas de leitura: núcleo rico X núcleo pobre.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Noêmia	70
Quadro 2 – Cadinho	70
Quadro 3 – Verônica	71
Quadro 4 – Jorginho.....	71
Quadro 5 – Muricy	72
Quadro 6 – Ágata.....	72
Quadro 7 – Débora.....	73
Quadro 8 – Diógenes	74
Quadro 9 – Leleco	74
Quadro 10 – Suelen	75
Quadro 11 – Paloma	75
Quadro 12 – Monalisa.....	75
Quadro 13 – Alexia.....	75
Quadro 14 – Adauto	76
Quadro 15 – Roni.....	77
Quadro 16 – Iran.....	78
Quadro 17 – Olenka	78
Quadro 18 – Dolores	79
Quadro 19 – Leandro	79
Quadro 20 – Janaína.....	79
Quadro 21 – Betânia	80
Quadro 22 – Lucinda.....	80
Quadro 23 – Nilo.....	80
Quadro 24 – Tomás.....	81
Quadro 25 – Jimmy	81
Quadro 26 – Silas	82
Quadro 27 – Tessália.....	82
Quadro 28 – Lúcio	82
Quadro 29 – Genésio.....	83
Quadro 30 – Zezé.....	83
Quadro 31 – Picolé.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

Sibi – Sistema de Bibliotecas

TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1 DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 DA CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA.....	19
2.1 DO MÉTODO: ANÁLISE DE CONTEÚDO	21
2.2 DOS ASPECTOS PARA ESCOLHA DA NOVELA	24
3 DO CONCEITO DE LEITURA	28
4 DA HISTÓRIA DA LEITURA: A PRÁTICA ATRAVÉS DO TEMPO	33
4.1 DOS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS: LEITURA E ORALIDADE NO BRASIL	38
5 DOS PRECONCEITOS DE LEITURA	43
6 DA TELEVISÃO E DA NOVELA: REFLEXÕES SOBRE MÍDIA.....	49
7 DA NOVELA: AVENIDA BRASIL	54
8 DA EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	60
9 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94

1 DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apresenta-se um estudo de leitura e mídia, cujo objeto se estabelece nos preconceitos da prática através da telenovela. A questão central procura respostas sobre como acontece a distribuição das referidas manifestações culturais do “núcleo rico” para o “núcleo pobre”, por acreditar na hipótese de uma reprodução conservadora e antidemocrática quanto à noção de leitura. Os preconceitos são reforçados à medida que se privilegia determinados suportes com maior frequência num segmento do que no outro, particularizando-os enquanto situações estéticas da elite. Corrobora a um conceito de que a prática representa uma atividade para poucos e bons, desencorajando, desse modo, as demais situações dessa órbita.

O objetivo geral se constitui a partir do mapeamento das práticas de leitura nos eixos “rico” e “pobre” em Avenida Brasil, transmitida pela Rede Globo em 2012, lançando mão da audiência como critério metodológico que a elege com maior alcance. Identificam-se cenas em que a leitura é retratada, apontam-se os preconceitos com base nos pressupostos da área e reconhece-se na circunstância ficcional o perfil do leitor, passos constitutivos dos objetivos específicos. Pelas lentes de um olhar social mais condizente com os aspectos históricos do país, justifica-se na exaltação de um conceito plural para a prática, bem como na contribuição teórica para as discussões desse tema. Utiliza-se da Análise de Conteúdo como método, por entender que é o mecanismo de verificação pertinente ao objetivo da pesquisa, a qual se classifica como básica, qualitativa e exploratória.

Ainda no íterim dessas questões, traz-se uma matéria publicada recentemente no Jornal da UFG – edição 86 – sobre o projeto de democratização da leitura na universidade, apresentando a iniciativa institucionalizada de esforços reunidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFG (Sibi), Faculdade de Educação e Curso de Biblioteconomia. O texto inicia-se, entretanto, com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), sob encomenda do Instituto Pró-Livro, reforçando a ideia de que o brasileiro não lê, pois 44% da população não o faz e 30% sequer comprou um livro. Embora as ações tenham sido efetivas no acesso a esse suporte específico, não se pode adotar posicionamentos como este, uma vez que desconsidera as outras práticas desse universo e rejeita quem o faz

por outras mídias. E aquele lê a referida publicação não configura, então, um leitor(a), já que realiza a atividade por jornal e não livro?

Embora pareça óbvio, deve-se ressaltar a existência de situações que estão além do imaginário coletivo, as quais têm sua legitimidade questionada pelos preconceitos que envolvem a leitura. Vivem marginalizadas na proporção em que se considera suporte e conteúdo específicos, tais como o livro clássico, enquanto única possibilidade de execução. A presente pesquisa, então, engrandece as atividades cotidianas que passam despercebidas, presentes, por exemplo, quando um(a) motorista de ônibus se informa pelo jornal que compra no semáforo; um(a) diarista folheia revista enquanto os patrões almoçam; um(a) vendedor(a) reza diariamente a partir de alguns versículos da Bíblia; um(a) eletricitista recorre aos manuais para se manter atualizado(a); um aluno(a) confere as mensagens do celular sem que o(a) professor(a) perceba; um(a) aposentado(a) pede que leiam a bula do medicamento; dentre uma infinidade de outras circunstâncias. Mesmo que o façam por outro suporte e/ou conteúdo, praticam a leitura e o estudo ganha força ao considerar quão “[...] importante é sabermos que somos todos leitores e que, a esse título, corremos risco de atribuir multidões de pressupostos normativos” (BOURDIEU, 2011, p. 232).

Nasce aqui a inquietude de propor resistência aos paradigmas normativos da área, motivando questões que não admitem mais se calar. Dá voz àqueles que leem e o fazem para se colocar em sociedade, independentemente de suportes e/ou conteúdos pré-concebidos, realizando atividades simples ou complexas. Aqueles que são, portanto, desconsiderados por não estarem familiarizados com o que é determinado tradicional. Vale ressaltar que pesquisa não castra as outras perspectiva em leitura, pois não se trata de um conceito absoluto; desmonsta-se, aqui o quadro tradicional para desterritorializar o *locus* ideológico de uma manifestação cultural habitada pela elite.

Ter em mente a contribuição da mídia a partir da telenovela nesse processo é a pedra angular do estudo, pois a televisão, de maneira geral, constitui um veículo de comunicação em larga escala, capaz de induzir telespectadores à alienação e moldá-los de acordo com seu interesse. O entretenimento admitido das novelas é capaz de afetar o telespectador, fazendo-o crer que a prática acontece exclusivamente da maneira como é retratada e que só existe aquela modalidade de leitura. Há quem diga que a TV, numa sociedade midiaticizada que espetaculariza o mórbido e vende estilos de vida numa sucessão de imagens, engendra a

manifestação cristalizada da realidade a partir da proliferação das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, as quais têm papel decisivo para fazerem da ficção um espelho das situações cotidianas.

No que tange ao conceito, pode-se adiantar que transgride a decodificação de signos linguísticos, pois a partir do momento em que o homem foi capaz de entender os próprios registros, deixou contada sua história cada qual à sua forma. Supera a noção operacional de símbolo-significado e repousa na forma de domínio sobre o mundo com base numa relação de entendimento com a própria realidade, uma vez que “[...] o signo é arbitrário e não disponível na natureza, [...] transformado com frequência em instrumentos de poder pelos dominadores” (MARTINS, 1994, p. 22). Embora a elite crie consensos forçosos com seu modo restritivo e excludente de ler, define-se a prática enquanto acontecimento; trânsito entre o mundo forma e o mundo força; suscitando o fato de que “[...] a cada vez que a palavra leitura for pronunciada, ela pode ser substituída por uma série de palavras que designam toda espécie de consumo cultural” (BOURDIEU, 2011, p. 231).

É impulsivo julgar leitores não-tradicionais e criticá-los por suas práticas. Deve-se assumir, em primeira instância, o sucateamento histórico dado aos equipamentos públicos de formação, de quando a escola era um privilégio, inacessível às camadas populares. Esse fato imprime reflexos que estão gravados no trajeto percorrido pelo brasileiro. Afinal, os preconceitos dessa natureza surgem nas questões étnico-raciais e de classe social, a partir de uma intolerância já existente como consequência da hierarquização de cultura. Percebe-se que a parcela detentora dos meios de produção determina como as práticas devem ser, cria padrões para inibir a diversidade, marca o que é digno de apreciação e marginaliza outras manifestações culturais. Enquanto isso, elas (r)existem como outros contextos de construção social fora do núcleo, se esquivando da dominação ideológica.

Vale dizer que as circunstâncias nunca são favoráveis a quem se atreve a subverter o pensamento conservador. Isso acontece porque a novidade representa um discurso reflexivo, o qual explicita pressupostos até então aceitos e faz com que sejam repensados de modo que os referenciais teóricos que os mantêm de pé se abalam. Encontra-se fôlego à medida que se localiza no discurso científico a capacidade de interferência da pesquisa como instrumento social e propõe perspectivas para se entender um fenômeno a partir de ângulos ainda não

enquadrados. Os estudos em comunicação e informação se instauram, então, como instrumentos intelectuais para entender a complexidade dos paradigmas contemporâneos de um plano coletivo com relações estabelecidas no pensamento e na expressão. Deixa-se claro que não se nega neste estudo a leitura de livro, tampouco daquilo considerado clássico. Apenas reforça-se o conceito mais democrático de uma prática que está desatrelada a um suporte e/ou conteúdo fixos, por acreditar que a manutenção da cultura não acontece exclusivamente de maneira letrada, muito menos livresca. Afinal, nenhuma leitura embrutece.

A *posteriori* seguem, respectivamente, a classificação da pesquisa, os métodos adotados, a explicação detalhada de toda ação desenvolvida, o referencial sobre leitura e mídia enquanto fixação das bases teóricas, a trama de Avenida Brasil, a apresentação e análise dos dados, além do encerramento da linha de raciocínio.

2 DA CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

De acordo com Silva e Menezes (2005 apud MATIAS-PEREIRA, 2007), uma pesquisa pode ser classificada de diversas maneiras, levando em conta aspectos como área do conhecimento, natureza, objetivos, abordagem, métodos e processo. Esse procedimento, inclusive, é parte determinante da investigação de modo que propõe clareza sobre as etapas percorridas para que se atinja os objetivos propostos pelo estudo (GIL, 2010).

Em nível nacional, adota-se a classificação quanto à área do conhecimento elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dentre as sete áreas, trata de uma pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas por pertencer ao escopo de interesses investigativos da Ciência da Informação e Comunicação, uma vez que se encontra na confluência dos estudos de leitura e mídia. Nessa interdisciplinaridade, preocupa-se com a aplicação social e humana da problemática a partir das conjecturas teóricas, intencionando verificar os preconceitos já mencionados pela telenovela.

Quanto à natureza, entende-se como básica por “preencher uma lacuna no conhecimento” (GIL, 2010), pois não há pesquisas iguais a essa anteriormente realizadas, fazendo com que o estudo contribua para o arcabouço teórico deste universo. Tratando especificamente do objeto em questão, dispõe pensar a ideia de leitura propagada pela telenovela e como os estereótipos dessa órbita são reforçados à medida que se privilegia determinados suportes presentes nos núcleos rico e pobre, para que se justifiquem, assim, outras perspectivas que reforcem um conceito plural e não-restritivo. Gil (2010) aponta que, muito além de sugerir ampliação do conhecimento científico, o estudo levanta questões a serem investigadas advertindo que “nada impede que as pesquisas básicas sejam utilizadas com a finalidade de contribuir para a solução de problemas de ordem prática”, encorajando os telespectadores a declararem a emancipação de suas leituras.

No que tange aos objetivos, classifica-se como exploratória porque “tem como propósito sugerir maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010). Neste caso, a ideia de leitura popularizada pela telenovela é a questão central do presente estudo, de modo que investiga-la será analisar, a partir da literatura, os preconceitos que são construídos

e disseminados em massa. Assim sendo, a partir dos estudos críticos em leitura e mídia, dá conta da hipótese de que a prática é retratada de maneira estereotipada, coibindo outras manifestações desse conjunto e mostrando maior presença das práticas de leitura no “núcleo rico”, já que não privilegia as possibilidades da prática no “núcleo pobre”. Há de se ressaltar também que a pesquisa sugere continuidade, a qual só é possível a partir da familiaridade preliminar supracitada para que, assim, seja possível compreender as raízes sociais do preconceito.

A abordagem do problema é considerada qualitativa, embora os resultados sejam estatisticamente apresentados, de modo que os suportes utilizados, bem como a frequência com que a leitura é retratada, estarão traduzidos em números através do método da Análise de Conteúdo. Mas deve-se considerar o viés mais profundo, pela perspectiva qualitativa que compreende os Algarismos de maneira contextual “[...] pois parte do entendimento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo” (MATIAS-PEREIRA, 2007, p. 71). Isto posto, pode-se efetivamente encontrar as particularidades da questão para identificar personagem e núcleo pertencentes.

Goldenberg (1999 apud MATIAS-PEREIRA, 2007) sustenta que “as ciências sociais têm suas especificidades, o que pressupõe uma metodologia própria”. Desse modo, para os procedimentos técnicos, os quais envolvem coleta, modelagem e análise dos dados, adota-se a Análise de Conteúdo, o que justifica a escolha não só pela adequação ao objetivo da pesquisa, como pelo fato de que ela surge para a Ciência da Comunicação como instrumento de verificação metodológica. Fonseca Júnior (2006) aponta que se constitui como método utilizado nas Ciências Sociais e com muita recorrência é contemplado nos estudos de comunicação por permitir a quantificação mensagens a partir da ocorrência. Neste caso, a recorrência se dá através da linguagem não-verbal de determinados suportes de leitura e o respectivo perfil retratados na telenovela. Ainda para o autor, é o entendimento dessas mensagens que metodologicamente se preocupa com a narrativa novelesca por perceber que “detrás do discurso simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (FONSECA JÚNIOR, 2006).

Pensa-se ainda no processo de verificação hipotético-dedutivo, no qual se criam conjecturas e a partir de inferências chega-se às conclusões tendo em mente a problemática que orienta o estudo, partindo de proposições gerais até um fato

específico. Faz-se observações e submete a hipótese para teste a fim de ser validada ou refutada. Nesta pesquisa, as circunstâncias nascem da investigação de que as novelas entendem a leitura como prática elitista e conservadora para formular o cenário de que existem dissonâncias entre os núcleos rico e pobre de Avenida Brasil, reforçando a maneira estereotipada e antidemocrática das manifestações culturais.

2.1 DO MÉTODO: ANÁLISE DE CONTEÚDO

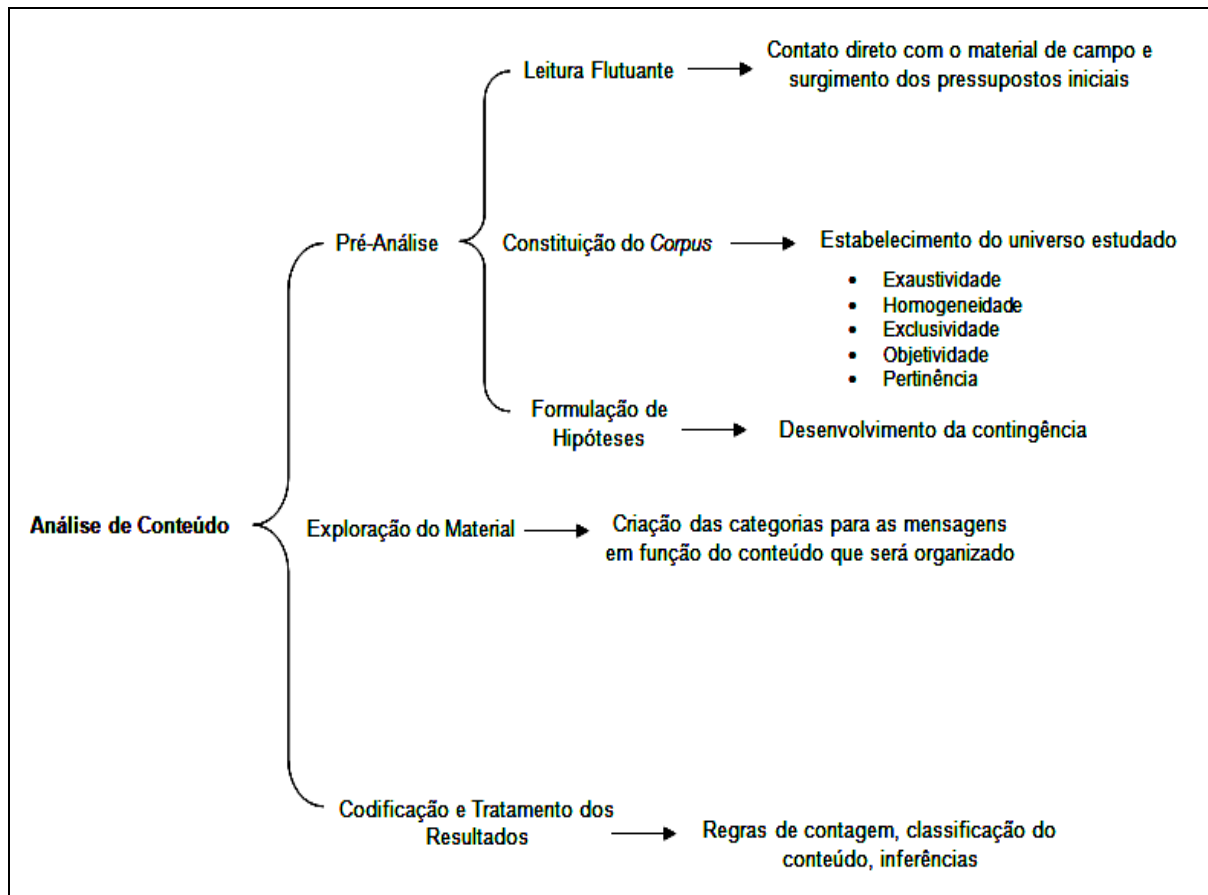
De acordo com Campos (2004), trata de um conjunto de técnicas comumente utilizadas na área de comunicação que, embora tenha a maioria das aplicações voltadas para pesquisas quantitativas, hoje é igualmente utilizada para enfoques qualitativos. Nesse universo, “a escolha de métodos e técnicas para análise de dados deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade de dados recolhidos [...] e tal fato deve invariavelmente à pluralidade de significados atribuídos”. Quanto ao conceito, pode-se dizer que “constitui uma metodologia de pesquisa para descrever e interpretar toda classe de documento e texto” (MORAES, 1999), que acontece pela frequência de mensagens comuns num determinado cenário. “Não deve ser extremamente vinculada à técnica, num formalismo excessivo que prejudique a capacidade intuitiva do pesquisador” (CAMPOS, 2004), no que tange às “vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos” (BARDIN, 1997 apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Historicamente, os primeiros esboços se materializam na “[...] decodificação de símbolos, sinais e mensagens por meio da exegese de textos bíblicos para a possível interpretação de metáforas e parábolas” (CAMPOS, 2004). Só depois, já no século XX, teve uso voltado para a interpretação de materiais jornalísticos dado o teor sensacionalista e “[...] posteriormente, com o advento da Primeira Guerra Mundial, o interesse formalizou-se para propagandas” (CAMPOS, 2004). Nessa perspectiva, “os Estados Unidos da década de 40, aliados aos acontecimentos da época, como a Segunda Guerra Mundial, fizeram com que a Análise de Conteúdo fosse largamente utilizada na descoberta de jornais ou revistas que ofereciam propagandas subversivas, principalmente com ideologia nazista” (CAMPOS, 2004).

Foi então que Lasswell, na Universidade de Chicago, se juntou a outros pesquisadores, como Lazarsfeld e Berelson, para institucionalizar a criação do método.

Há quem defenda que a técnica está “impregnada de objetividade e rigor, se preocupando com pressupostos positivistas” (CAMPOS, 2004), enquanto Fonseca Junior (2006) completa dizendo que essas influências pertencem à ciência experimental, contrariando suposições infundadas e propondo maior exatidão nas medições. Vem de encontro à proposta, pois se trata de uma análise estrutural que “põe a tônica sobre a forma como elementos de mensagem estão dispostos e tentam revelar aspectos subjacentes e implícitos” (FONSECA JÚNIOR, 2006). À luz de Bardin (2002), esse instrumento tem como principal característica a inferência, conforme a própria define como “uma operação intelectual por meio da qual se afirma a veracidade de uma proposição em decorrência de outras proposições já reconhecidas como verdadeiras” (BARDIN, 2002). Dadas as conjecturas teóricas, preocupa-se em às perguntas que norteiam a pesquisa e verificar se efetivamente há dissonância entre as manifestações culturais nos núcleos rico e pobre de Avenida Brasil no tocante aos preconceitos que envolvem a órbita.

Tratando efetivamente da organização dos dados, Oliveira (2008 apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014) engendra que “possui diferentes técnicas que podem ser abordadas pelos pesquisadores” de acordo com o problema, dependendo, portanto, da vertente teórica seguida pelo sujeito que a aplicará. Completa Minayo (2007 apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014) que “operacionalmente a análise temática de conteúdo desdobra-se nas etapas de pré-análise, exploração do material e codificação e tratamento dos resultados”, cuja pormenorização e suas respectivas estratificações estão elucidadas a seguir.

Figura 1 – Sistematização da Análise de Conteúdo

Fonte: Adaptado de Bardin (1997 apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014)

Quanto à estruturação, pode-se dizer que na etapa da pré-análise, a leitura flutuante configurou o processo de assistência à telenovela, pela qual suscitaram as inquietudes ao se perceber o conceito restritivo, quando as práticas são retratadas de modo a privilegiar os detentores dos meios de produção, no caso, o núcleo rico. Mesmo que a ferramenta em questão seja utilizada para verificar mensagens em textos escritos, o conteúdo é extraído a partir da leitura das cenas, já que o conceito utilizado nesta pesquisa considera a prática além da decodificação do signo linguístico. Na constituição do *corpus*, ficou estabelecido o domínio a ser investigado, obedecendo a exaustividade, de modo a contemplar todos os episódios da teledramaturgia; homogeneidade, para garantir o entendimento e separação do tema; exclusividade, fazendo com que um elemento figure exclusivamente em uma e não mais categorias; objetividade, a conformidade dos codificadores para que estejam na mesma direção; e pertinência, com vistas à adequação dos métodos em harmonia com os objetivos do estudo. Então, finalizando uma das etapas, cria-se a

hipótese supracitada de que a mídia, através da novela, reforça um conceito cunhado por Bourdieu (2011) de leitura redutora, além de estigmatizar a prática ao retratá-la com vícios e preconceitos na distribuição dos núcleos. Assim, não é difícil imaginar o impacto que o espectador tem, dada a identificação da experiência narrativa, de que, a partir daquela encenação, não está apto a ler, tampouco se afeta enquanto leitor.

Para a exploração do material, criou-se categorias de acordo com a observação da cena, bem como na literatura da área, classificando o suporte em “livro”, “revista”, “jornal”, “celular”, “computador” e “impressos em geral”, abrangendo todo tipo de leitura identificada na trama. Foram organizadas de acordo com o personagem, de maneira a contabilizar e presumir o perfil do leitor, fazendo com que seja de fácil assimilação a maneira com que a leitura está distribuída entre os núcleos. Trata de uma categorização apriorística, a qual acontece, segundo Moraes (2004), quando “[...] o pesquisador possui experiências prévias, interesse e familiaridade com o assunto”, o que reflete na pré-definição dos grupos e orientação das mensagens. Por último, realizou-se a codificação e tratamento dos resultados, pelos quais as cenas já categorizadas com conteúdo identificado foram analisadas e, a partir das inferências, foi possível apresentar os resultados conforme exposto.

2.2 DOS ASPECTOS PARA ESCOLHA DA NOVELA

O critério metodológico para escolha da novela leva em conta a audiência, medida no Brasil pelo IBOPE. É necessário, então, explicitar como o processo de avaliação é realizado a fim de compreender suas dimensões e entender os famigerados indicadores, pois essa mecânica é fundamental para a pesquisa.

A empresa, de natureza privada, entrega questionários impressos a um número determinado de pessoas, previamente escolhidas, as quais respondem de acordo com o que assistem. No entanto, a maneira mais difundida é através de um aparelho conectado à TV, o *peoplemeter*. A partir do controle remoto, é possível mensurar o status da televisão, o canal e o perfil do espectador através do número conferido a cada morador da residência. Amaral (2012), da revista “Contém Conteúdo”, associada à página “TechTudo”, aponta que os *quóruns* são gerados a partir de uma amostragem que representa o todo em determinadas cidades, principalmente capitais, tendo por base o censo demográfico e socioeconômico do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale dizer o quão difícil é conhecer alguém que tenha o referido aparelho. Isso acontece, segundo o colunista, pela inviabilidade de instalação e acompanhamento em todos os domicílios do território nacional, bem como pelo sigilo que garante a verossimilhança da pesquisa. O fato é que: se não há o aparelho, mesmo com a TV ligada em algum canal, o sujeito não contribui às estatísticas de audiência do IBOPE.

Eleger metodologicamente a telenovela com maior audiência é estabelecer, portanto, que teve o maior número de telespectadores, pois, partir deste alcance, pode-se inferir que não só a trama, mas os preconceitos em leitura, objeto da pesquisa, foram reforçados para um maior número de pessoas. Feito isso, realizou-se buscas na internet a partir de operadores *booleanos* com termos “audiência+novela+ibope” e a partir daí foi possível verificar aquela com maior índice. Percebeu-se, entretanto, que os números mais expressivos pertencem às antigas: “Roque Santeiro¹”, de Dias Gomes e Aguinaldo Silva, exibida entre 24 de junho de 1985 e 22 de fevereiro de 1986, dona do primeiro lugar do *ranking* de folhetins exibidos na televisão brasileira, com 67 pontos; seguida por “Tieta”, de mesmo autor, em 1989, com 63 pontos; e também “O salvador da Pátria”, de Lauro César Muniz, mesmo ano, 62 pontos². É possível afirmar, então, que “[...] a partir do final dos anos 60, existe um monopólio da TV Globo no cenário televisivo brasileiro” (BORELLI; PRIOLLI, 2000).

Pode-se dizer que os indicadores se justificam pelo fato de que a televisão não era acessível, de modo que a maioria dos que a possuíam acompanhavam as histórias através desse artigo de luxo. As camadas populares se relacionavam com a informação através do rádio e assim permaneceu por bastante tempo. Há de se ratificar, também, que as novelas contemporâneas enfrentam desafios para garantir atenção frente a outras experiências audiovisuais como vídeos em geral, cinema, séries e demais conteúdos de internet, situações estas anacrônicas aos primeiros índices. Decidiu-se, nesse caso, analisar a novela com maior pico de audiência pelo IBOPE do século XXI. Embora “Senhora do Destino”, escrita por Aguinaldo Silva em 2004, tenha 52 pontos³ e esteja para alguns no primeiro lugar do *ranking*, elege-se

¹ <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/novela-de-maior-audiencia-da-globo-roque-santeiro-eleita-por-joao-emanuel-carneiro-melhor-dos-50-anos-da-emissora-17956909.html>

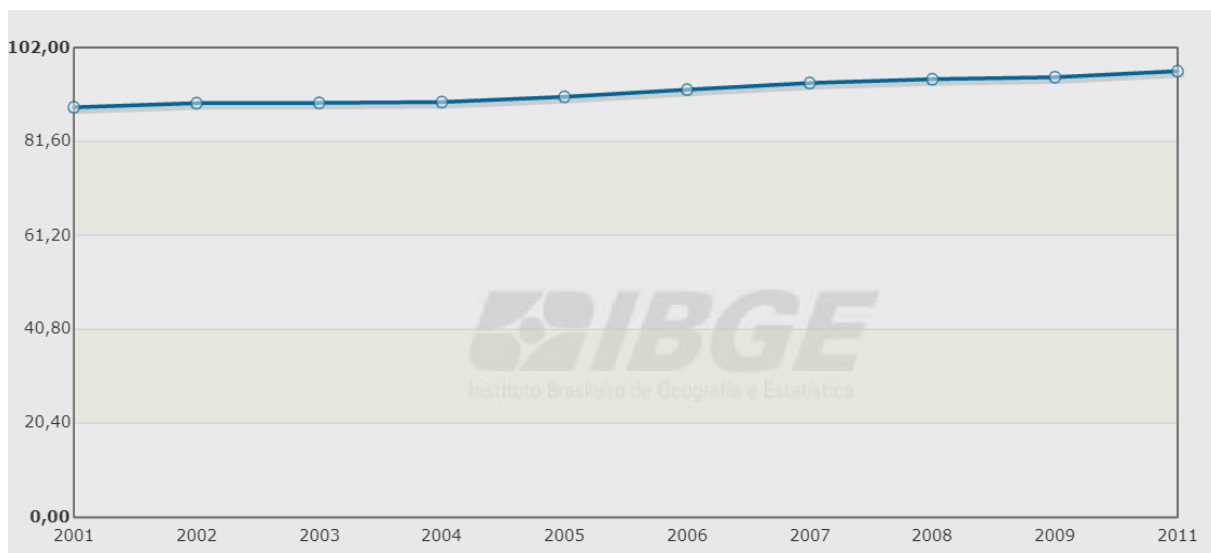
² <http://mundodacuriosidade.com.br/as-10-novelas-de-maior-audiencia-no-brasil/>

³ <http://www.folhaacademica.com.br/antes-campeas-de-audiencia-novelas-das-9-vivem-crise-existencial-qual-a-saida/>

“Avenida Brasil”, de João Emanuel Carneiro, 2012, com média 42 pontos⁴, pela nota assegurada por maior tempo durante a exibição, superando a trama de Maria do Carmo *versus* Maria de Nazaré, e pela incontestável repercussão do último capítulo com aproximadamente 54 pontos. Quando comparada a Roque Santeiro, Avenida Brasil, além da mudança de paradigma determinada pelas condições políticas, econômicas e sociais, representa um quadro numericamente distinto, uma vez que se tinha, em 1985, aproximadamente 26 mil televisores em uso.

Pertencente a um período em que o número de televisores é superior, adota o critério supracitado de que alcançou mais domicílios e, consequentemente, telespectadores, sabendo que em 2004 havia 90,19% de aparelhos com acesso à canais abertos e em 2012 97,2%⁵. Os dados pertencem a uma pesquisa do próprio instituto, denominada Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), acessada através do banco de dados “Séries Estatísticas e Históricas do IBGE”, em que, além do perfil familiar, há uma lista dos bens duráveis existentes no domicílio pelo respectivo ano. A ascendente é elucidada na imagem a seguir:

Figura 2 – Crescente de televisores no Brasil



Fonte: IBGE (2012)

Definido o cenário em que se analisará a prática de leitura, foi necessário criar um cadastro na plataforma Globo Play⁶, a qual configura um catálogo com novelas,

⁴ <http://midiainteressante.com/2016/09/qual-a-novela-mais-vista-do-mundo.html>

⁵ <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD282>

⁶ <https://globoplay.globo.com/>

séries e programas da relacionada emissora. O provedor possui aplicativo próprio para *smartphones* e *tablets*, de modo que o usuário assiste o conteúdo desejado desde que tenha acesso à internet. Existe a possibilidade, também, de acompanhar a programação ao vivo nas regiões metropolitanas das principais capitais.

Na relação de vídeos, alguns são disponibilizados gratuitamente; contudo, apenas recorte das matrizes. Para versões na íntegra, deve-se assinar o serviço por 15,90 \$ ao mês pelo cartão de crédito ou débito. A assinatura se fez necessária neste caso, dada a impossibilidade de assistir os 179 capítulos de Avenida Brasil, com cerca de 50 minutos o episódio, no período grátis para experimentação de sete dias, do mesmo modo que a profundidade da pesquisa exige a identificação e captura das cenas em que a personagem retrata a leitura na totalidade da trama. A novela foi assistida e todas as imagens apresentadas como anexo são de direito da Rede Globo Televisiva. Isso posto, foi possível verificá-las à luz do levantamento bibliográfico sobre leitura e mídia, enxergando o referido objeto de estudo com vistas à Análise de Conteúdo, mostrados na sequência.

3 DO CONCEITO DE LEITURA

Saber a etimologia de uma palavra é remontar sua história, de modo a investigar na origem as possibilidades de interpretação a partir do vocábulo. Acontece fundamentalmente pelas partes constitutivas do termo e configura um instrumento imprescindível para compreender as dimensões do emprego em contextos diferentes. Pereira (2005) elucida a questão dizendo que

[...] a partir de certa idade, um problema de saúde muito comum é a acumulação de resíduos sólidos nos rins. São os chamados cálculos, pequenas pedras que podem atingir alguns centímetros e tornar-se problemáticas. O nome é curioso. Terá alguma coisa a ver com o cálculo aritmético? A etimologia das palavras é comum. Provêm ambas do grego *khalix*, por via do latim *calculus*, que significava exatamente pedra. Só que pedra em latim era também peça de cálculo. Contava-se com pedrinhas, com “cálculos” - e dizia-se pois que se calculava. Daí deriva o uso da palavra para designar contagem ou computação. Curiosamente, esta última palavra deriva também do latim. A forma erudita para contar era *computare* - a palavra *calcular* chegou-nos por via plebeia. No século XX, a forma erudita generalizou-se por influência direta da expressão inglesa para computador. Fenômeno semelhante se registou com muitas outras palavras: o português, o francês e outras línguas de origem latina apropriaram termos do latim vulgar, enquanto o inglês apropriou depois termos equivalentes de formas eruditas. [...] Há o anel algébrico e há o anel que se coloca nos dedos. Há a aplicação injetiva, que é um nome dado a uma função matemática e há a injeção de medicamento. Há o integral de uma função e há o pão integral.

Da mesma forma acontece com a palavra “leitura”, a qual é pedra de toque para a presente pesquisa. De acordo com Britto (2012), nasce do grego e “etimologicamente tem a mesma origem de ‘escolha’ e ‘eleição’ (leg-; lec-; leit-), indicando entre outras coisas o sentido que reverbera do inglês *lecture*”, muito utilizada em situações cotidianas como leitura da luz, do gás, da água, da mão, do jogo, do filme, da imagem, das circunstâncias e até do mundo. Nessa perspectiva fica “claro que se pode decifrar um quadro, um ritual, um mito” (BOURDIEU, 2011, p. 234).

Embora o autor defenda que “dizer que leitura é escolha – e que o sentido dela decorrente resulta da projeção que faz o sujeito” (BRITTO, 2012, p. 18) seja uma perspectiva pouco interessante, não se pode negar as múltiplas formatações dessa prática, sendo ela de um texto escrito ou não. O mais significativo dessa órbita, entretanto, está no fato de que “não é unânime seu conceito entre as

peessoas”, uma vez que se concretiza pela relação individual de cada sujeito com o processo (FACHINETO; RAMOS, 2006). Sob essa ótica, o termo se aproxima muito mais de escolha e produção de significado a partir da experiência e concepção de cada um, que decifração, conceito usualmente atribuído à leitura pelo cânone escolar quanto à decodificação de signos linguísticos. Bourdieu (2011, p. 234), por exemplo, coloca que “a metáfora da cifra é tipicamente uma metáfora de leitor. Há um texto que é codificado, logo se trata de extrair o código para torná-lo inteligível. E essa metáfora nos conduz a um erro de tipo intelectualista”.

Já dizia Chartier (1998, p. 77) que “ler” e “leitura” são palavras que armam ciladas e, como se não bastasse, periodicamente se constroem consensos perigosos à medida que se tornam autoritários (BRITTO, 2012, p. 12). É preciso, senão, entende-los “antes de brandir argumentos furados de autoridade” (RODRIGUES, 2016, p. 30). Esta pesquisa propõe outras perspectivas às práticas de leitura, as quais na maioria das vezes não são questionadas, reforçando conceitos normativos dessa órbita, de modo que os olhares diferentes sejam invisibilizados diante das ideias pré-concebidas. A subversão nunca é tarefa fácil, mas se faz notada quando

[...] às vezes passamos anos vendo objetos comuns, um vaso, um cinzeiro, sem jamais tê-los de fato enxergado, limitando-os à sua função decorativa ou utilitária. Um dia, por motivos os mais diversos, nos encontramos diante deles como se fossem algo totalmente novo e [...] dificilmente voltamos a olhá-lo da mesma maneira, não importa com que intensidade (MARTINS, 1994, p. 8).

Conforme exposto, pode-se dizer que o ato de ler configura o “objeto não notado”, pois só passa a fazer sentido quando superados os paradigmas forçosos e, conseqüentemente, os preconceitos que impedem enxergá-lo e não vê-lo; ainda que preso à função utilitária na decifração para compreensão. Comumente a ideia de leitura está relacionada ao texto escrito, como se o sujeito fosse só um decodificador da letra, num ato mecânico que rechaça a experiência visual e sonora, permitindo dizer, portanto, que o indivíduo é cego e/ou surdo por não poder ler uma tela, tampouco uma música. Rodrigues (2016, p. 83) aponta que “[...] a tradição bacharelesca da elite letrada nos torna inclinados a desconfiar da oralidade”. Portanto,

[...] quando se fala em leitura, está se considerando algo mais que saber ler ou usar essa habilidade para fazer coisas do dia a dia; percebe-se, mesmo em depoimento de gente simples, gente que ‘não sabe ler ou não lê com frequência’ que ler faz bem, que ler é bom, e não se pensa em leituras utilitárias como as de uma lista telefônica, de instrução de um medicamento ou de uma receita de comida (BRITTO, 2012, p. 11).

Embora se diga com certa frequência que ler é um ato de valor, não se pode negar que essa determinação é de ordem social, uma vez que as práticas “marginais” são desconsideradas e perdem sua dignidade frente à democratização. O livro, por exemplo, sempre representou autoridade, decorrente do saber que carrega (CHARTIER, 1998).

Lança-se mão, desse modo, de um dicionário enquanto instrumento comum às pessoas tomando por base que recorrem a ele quando há necessidade de se saber determinado vocábulo e respectivas acepções. Segundo Ferreira Aurélio (2010, p. 462), o dicionário mais popular entre as casas e escolas brasileiras, trata-se de um substantivo feminino com principais conceitos como: 1. Ato, arte ou hábito de ler. 2. Aquilo que se lê. 3. Operação de percorrer, em um meio físico, marcas codificadas (as informações registradas) e fazê-las voltar à forma anterior (como imagens, sons, dados para processamento). De encontro a essas perspectivas, Houaiss (2004 apud BRITTO, 2012, p. 19), estabelece a leitura no tocante à ação de tomar conhecimento de algo e à maneira de compreender uma mensagem. Contudo, propõe um enquadramento operacional e tecnicista ao enfatizar que a prática acontece em maioria pela decifração do signo linguístico.

Para a Biblioteconomia, através do dicionário especializado de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 222) a definição acontece de maneira multifacetada diante às verificações pertinentes à área. Ressalta-se a definição de leitura projetiva como

[...] tendência para supor que outras pessoas experimentam nossas mesmas ideias e sentimentos. A leitura projetiva seria, portanto, aquela voltada a autores com os quais nos identificamos; leitura subjetiva. [...] O texto é o produto da escrita, assim como o discurso é produto da palavra; o texto pode ser uma reprodução de discursos e também de documentos e imagens. [...] A leitura subjetiva é uma experiência que abrange o conjunto da personalidade do leitor e isto não se limita à simples recepção da mensagem (CUNHA; CVALCANTI, 2008, p. 222).

Refletindo o supracitado, é possível perceber o quão tênue se torna uma conceituação, principalmente sabendo que o vocábulo tem várias acepções. No entanto, se as próprias circunstâncias de utilização ressignificam a palavra e a

tornam diversa, por que reduzir a prática a determinados conceitos inculcados nas experiências elitistas? Ela precisa ser compreendida como uma atividade cognitiva e inteligível, cujo processo pressupõe um coeficiente humano para dar sentido ao mundo a partir de sua relação com aquilo passível de interpretação. Deve-se analisá-la no paradigma atual da informação em que a prática avança indissociável aos novos suportes e conteúdos.

O que não se pode discutir é que a língua, não sendo estática, nunca para de criar novas realidades que muitas vezes as autoridades da área “[...] só vão assimilar com uma ou duas gerações de atraso” (RODRIGUES, 2016, p. 146). Considerando as bases teórico-conceituais que nortearão o trabalho, define-se, às vistas da discussão supradita, que ler é dar sentido ao universo, precedendo a leitura da palavra. É, senão, um “[...] sistema de relações interpessoais entre várias áreas do conhecimento, da expressão do homem e das suas circunstâncias de vida.” (MARTINS, 1994, p. 12).

Da popular à erudita, a leitura está sempre atrelada à produção de sentidos, dada a partir do marco individual do sujeito, o qual significa uma globalização de ideias. (GOULEMOT, 2011, p.108). Pressupondo a perspectiva freireana, o autor ainda coloca que, anterior à decifração de signos interpretantes, há um indivíduo cuja trajetória precisa ser considerada, pois a história individual participa inexoravelmente do ato de ler, exaltando a memória coletiva da qual o leitor é herdeiro. De encontro à proposta, Fischer (2006, p. 11) coloca ainda que “o ato de ler é variável, não absoluto. Depende do indivíduo e do arcabouço teórico de experiências anteriores”.

Para Britto (2012), “a participação na sociedade urbana industrial exige determinadas disposições estruturais, entre as quais se incluem certa capacidade de ler e escrever, que suplanta a simples condição de alfabetizado”. Entretanto, não há como negar que a prática está envolta em concepções ultrapassadas, as quais são fragilmente sustentadas por desconsiderar “[...] um longo período da história da civilização ocidental, em que o livro – símbolo maior da cultura escrita – foi um objeto de acesso limitado com circulação relativamente restrita a alguns segmentos e ambientes sociais”. A maioria permanecia analfabeta, com estímulos intelectuais inexpressivos, mantendo-se na respectiva estratificação social e resolvia-se pela própria convivência, a partir da demanda cotidiana (BRITTO, 2012, p. 39). Configura,

então, um *locus* ideológico que não admitem frequentar pela etnia, classe e demais marcadores sociais.

Logo, julgar a leitura de maneira descontextualizada, corroborando a uma ótica excludente, num país que carrega o ranço do colonialismo, não é mais que um exercício de pedantismo por negar outras experiências que acontecem em outros segmentos sociais. Infere-se, em consequência, que deve ser pensada como um processo de construção do sujeito em sua relação simbiótica – um que contribui ao outro – com todas as esferas da vida em coletividade. Não é, portanto, uma prática isolada e possibilita a interação com dimensões políticas, econômicas e sociais, pois “[...] o homem lê como em geral vive, num processo permanente de interação também com sensações, emoções e pensamentos” (MARTINS, 1994, p. 81). Parafraseando Santos (2015, p. 354), a sociedade moderna exige respostas e posicionamentos os quais estão atrelados ao entendimento de mundo, independentemente da circunstância.

À vista disso, fica evidente a relação do indivíduo para com o meio, na forma com que se coloca em sociedade, por poder, então, tomar suas decisões a partir da leitura que faz do mundo, endossando, assim, melhoramento coletivo. Por fim, “[...] seja o leitor ‘inculto’ ou erudito, seja qual for a origem do objeto de leitura, tenha ele caráter utilitário, científico, artístico, popular, ‘de massa ou de elite’, está ligado à capacidade de ler a própria realidade individual e social” (MARTINS, 1994, p. 65), para que o sujeito “[...] possa ir além das margens de uma leitura redutora”. (SANTOS, 2015, p. 371).

4 DA HISTÓRIA DA LEITURA: A PRÁTICA ATRAVÉS DO TEMPO

Contar a história da leitura ocidental é trazer à tona “[...] a voz da própria civilização” (FISCHER, 2006, p.7), a qual a partir da capacidade cognitiva e inteligível deixou registrada suas percepções de mundo através da interpretação da realidade. Entretanto, questiona-se aqui a forma com que foi contada para permitir outras possibilidades já que fica estabelecido no capítulo anterior que a prática é diversa e transgride a noção de uma tarefa decodificadora de signos linguísticos em suportes fixos.

Essa história se dá pela memória oral, pedra, osso, casca de árvore, muro, monumento, tabuleta, rolo, códices, livros, telas, até a revolução do computador e internet. Fischer (2006, p. 8) propõe pensar que leitura e escrita estão intimamente ligadas, embora sejam atividades opostas: cada experiência, embora complementares, ativa regiões diferentes do cérebro, sendo esta uma habilidade e aquela uma aptidão natural. Portanto, não se pode dizer que só se há leitura daquilo que está escrito.

A escrita originou-se de uma elaboração; a leitura desenvolveu-se como a compreensão mais profunda pela humanidade dos recursos latentes da palavra escrita. A história da escrita foi marcada por uma série de influências e refinamentos, ao passo que a história da leitura envolveu estágios sucessivos de amadurecimento social. A escrita é limitada; a leitura, infinita. A escrita congela o momento. A leitura é para sempre (FISCHER, 2006, p. 8).

Negar a multiplicidade de suas acepções contraria sua história, uma vez que por muito tempo “ler” era sinônimo de “declamar”. Acordos verbais que, embora fossem alterados, perduraram por séculos como forma de memória, na lógica de que a palavra detém poder de ação, e ignorar aquilo que é pronunciado é cometer falha grave, uma vez que possui capacidade criadora e transformadora de mundo (SOUSA; SOUZA, 2017).

A leitura é um processo histórico indicador de mentalidade social. Dito isso, pode-se inferir que tê-la como instrumento utilitarista, para realização de atividades da vida administrativa, escancara a noção mecânica e superficial, cuja função será, senão, entender os signos para desempenhar tarefas do mundo moderno, ocorrendo “[...] de modo superficial e parasitário” (FISCHER, 2006, p.12).

Tratando de onde tudo começou, não é estranho encontrar discursos que estabelecem o início a partir da revolução rolo-códice, formato no qual se encontra a maioria dos registros hoje. Entretanto, o teórico em questão se preocupa com os antecedentes que versam sobre a leitura oral e, de fato, propõe pensá-la de forma menos hegemônica. Pode-se dizer que o homem lê antes de se dar conta do conceito desta prática, uma vez que foi capaz de compreender a realidade à sua volta e representá-la a partir da sua relação com o mundo. Existe, pois, aqueles que embora não saibam decodificar signos linguísticos para ler uma receita, o fazem com perfeição. A questão aqui é desnudar os estereótipos, dado que para cada leitura existe seu leitor.

Há registros de que a Odisseia, por exemplo, era o discurso grego que “civilizava seus cidadãos” a partir da narrativa que acontecia oralmente, em voz alta, declamada, usando recursos mnemônicos para que todo aspecto fosse lembrado, permitindo compreender a escrita, mais uma vez, como reprodução daquilo pensado e sequencialmente falado, configurando, senão, uma extensão da leitura. Para Sousa e Souza (2017), na África, “[...] existe um papel específico desempenhado pelos profissionais da tradição oral – os *griots* – pessoas que têm o ofício de guardar e ensinar a memória cultural na comunidade”. Ainda nessa perspectiva, as autoras apresentam que “[...] eles armazenam séculos e mais séculos de segredos, crenças, costumes, lendas, lições de vida, recorrendo à memorização [...] os quais jamais podem usar a mentira” (SOUSA; SOUZA, 2017) fazendo com que a palavra esvazie e perca sua vitalidade.

A tradição oral pode ser vista como uma cacimba de ensinamentos, saberes que veiculam e auxiliam homens e mulheres, crianças, adultos/as velhos/as a se integrarem no tempo e no espaço e nas tradições. Sem poder ser esquecida ou desconsiderada, a oralidade é uma forma encarnada de registro, tão complexa quanto à escrita, que se utiliza de gestos, da retórica, de improvisações, de canções épicas e líricas e de danças como modos de expressão (SOUSA; SOUZA, 2017).

Pode-se dizer que a história da leitura é uma sucessão de rupturas aos códigos e convenções (GOULEMOT, 2011, p. 117) e contraria-se a noção de que a está ligada à produção escrita, sendo que “[...] a realidade apresenta inúmeras manifestações culturais originárias do povo [...] cuja força significativa tem feito perdurar por muitos séculos” (MARTINS, 1994, p. 30). Tratando das raízes africanas,

a oralidade é registro que preserva a história cultural daqueles que são parte constitutiva do Brasil.

Com o tempo, a materialização da leitura foi tomando forma em outros registros e há de se ressaltar civilizações como a Mesopotâmia, a qual utilizava tabletes de argila, em que cunhavam no material ainda úmido, o que mais tarde se tornaria a escrita cuneiforme. Tratava fundamentalmente de escrituras administrativas para a nova configuração social, pois ler, em sumério, era também “contar, calcular, ponderar, memorizar, declamar”. No Egito, tempo depois, surge o papiro, vegetal grande que nascia às margens do Nilo e tinha as tiras do caule estendidas uma sobre a outra. Percebe-se a presença de hieróglifos cuja finalidade era ser lida por um escriba. Havia também pergaminhos, em que a pele de animais era extraída e raspada até que fosse possível fazer escrituras ali, de modo a serem guardadas em rolos.

Fischer (2006, p. 41) afirma que embora a Antiguidade seja conhecida como o período áureo da escrita, a sociedade era regida pela oralidade; assim sendo, a maioria dos indivíduos nascia e morria sem fazer utilização da leitura para escrita. Mas no decurso do tempo e caminhar da humanidade,

a palavra escrita, com sua dádiva, trouxe também sua tirania. Por consequência de uma metamorfose involuntária, os letrados perderam a memória, a cultura e a liberdade orais. Uma autoridade disfarçada, a palavra escrita impôs-se a todos: uma tirania, criada pelo homem, a qual escravizava seus devotos súditos. Hoje, porque perdemos o nosso patrimônio oral, não temos muita noção da onipresente imposição da tirania na medida que vivemos, pensamos, cremos e veneramos por meio da palavra escrita, tornando-nos incapazes de enxergar outras possibilidades (FISCHER, 2006, p. 40).

Houve mais tarde a invenção do papel, na China Antiga, 105 d. C. Depois disso, a invenção da prensa foi o acontecimento mais significativo na órbita dessa história, provocando uma ruptura não só com os objetos e circunstâncias anteriores, mas com o perfil do leitor. A palavra impressa era mais barata quando comparada à escrita em pergaminho. Tratava de uma tecnologia à época em que os tipos móveis eram confeccionados em metal e prensados sobre uma superfície, de modo que a palavra ficava registrada ali. O primeiro livro foi uma bíblia de 42 linhas cuja técnica foi atribuída a Gutenberg. Entretanto, há quem diga que prática foi, na verdade, um aprimoramento da xilogravura chinesa. De qualquer forma, as informações ainda estavam sob custódia de uma parcela minoritária (COELHO, 1980).

O livro se tornou uma mercadoria, num contexto de Europa humanista em que as elites religiosas se proliferavam, cujo portador se sentia dono da propriedade intelectual. A mudança de paradigma foi tamanha que, no tocante ao culto do texto escrito, questionou-se a escritura enquanto sagrada, portadora da verdade, como se “a sacralização do texto, dizia-se, não pudesse resistir à indignidade do pequeno formato” (CHARTIER, 1998, p. 88). Hoje, onde se encontra livros, pressupõe erroneamente refinamento, inteligência e “cultura”. Quanto mais, melhor, para garantir a insustentável condição de erudito.

Numa perspectiva metodológica, Lyons (2011), determina as revoluções do texto escrito e as categoriza como:

- **1ª revolução:** do rolo ao códice – quando a configuração dos registros tornou-se inviável, uma vez que chegavam a quase dez metros e havia dificuldade em sequenciar a leitura. Desse modo, determinou-se que haveria páginas anexas umas às outras.
- **2ª revolução:** leitura silenciosa – quando os indivíduos tiveram consciência de sua autonomia perante a leitura e começaram a realizá-la sem intermédio ou supervisão de um agente religioso.
- **3ª revolução:** a tecnologia da prensa: quando mecanizou-se o processo de fabricação do texto escrito e num contexto de ligeira expansão intelectual houve maior produção de livros, visto que a figura do copista havia sido substituída sem condições de dispersar conhecimento em pergaminhos.
- **4ª revolução:** mercado editorial – quando surge a figura do editor e vê-se o potencial mercadológico na literatura de modo que livros foram bastante comercializados devido à industrialização gráfica.
- **5ª revolução:** era digital – período que compreende a contemporaneidade e ressignifica a ordem autor-editor-leitor, de modo que a leitura permite maior interferência do praticante e traz, a partir da tecnologia, novos suportes que armazenam e disseminam com mais habilidade.

A partir desses aspectos, Roger Chartier (1998), historiador francês com notória contribuição às discussões em leitura, comenta que “[...] o leitor é um caçador que percorre terras alheias”, pois o texto não assume só a forma dada por

seu autor. A liberdade proposta por Chartier está justamente na autonomia de subverter aquilo que está dado; ideia que se encontra com os princípios freireanos que percebem como “[...] apropriação, invenção e produção de significado”. Analisa-se a passagem supracitada entendendo que o leitor percorre um *locus* ideológico à sua própria maneira, atividade calcada na percepção de mundo, atividade que antecede qualquer outra prática; de modo que o sentido é atribuído não pelo autor, mas pelo leitor. Já as limitações são entendidas aqui como os preconceitos que cerceiam a leitura em convenções estabelecidas no decurso do tempo, o objeto, o lugar, a forma e as razões de ler, “regulamentos das sociedades num processo de civilização, que obriga os indivíduos a controlar suas condutas, censurar seus movimentos e reprimir seus afetos” (CHARTIER, 1998, p. 77).

Limitação e liberdade são processos cíclicos que sempre acompanham a história da leitura, de modo que o caçador de outrora percorrerá os limites que tangenciam sua liberdade e se descobrirá nesse universo. A exemplo disso, a ressignificação dos paradigmas evolutivos explicitados quando a leitura acontecia em voz alta nos mosteiros da Idade Média para que houvesse controle sobre o que se lia pela classe dominante; assim sendo, a leitura silenciosa se configura uma forma de insurgência, em que há liberdade para realizá-la da forma com que julgar conveniente. Pode-se dizer ainda que as transgressões em leitura acontecem quando a mancha gráfica, mesmo determinando o limite da “verdade”, permite interferências nos espaços em branco, pois “[...] mesmo que periféricos em relação à autoridade, as intervenções se fundem ao discurso”. Portanto, autor e leitor são um só à medida que a leitura se constrói como escolha, experiências individuais e vivências de cada um (CHARTIER, 1998, p. 88).

“O texto escrito sempre foi um demarcador social, restrito à classe que decodifica signos, intimamente ligado à elite, indicando autoridade e esclarecimento” (CHARTIER, 1998, p. 99), podendo dizer que a popularização da cultura sempre incomodou à classe. Desconstruindo outras ideias pré-concebidas nessa órbita, versa sobre o execrado livro de bolso: “[...] sem qualidade e condenados ao desdém”. (CHARTIER, 1998, p. 111). Para o autor, estas publicações precárias a preços acessíveis representavam uma preocupação expressiva, pois fazia surgir outra categoria de leitura e leitor, bem como *Bibliothèque Bleue*, com textos clássicos adaptados a uma linguagem acessível às camadas populares, representando uma execração no ponto de vista da “alta cultura”. A burguesia,

portanto, representa uma falsa autoridade a qual insiste em selecionar, no caso da leitura, o que é digno ou não de apreciação. Isso acontece, portanto, na figura da escola, da igreja e das bibliotecas, os quais configuram instrumento de repressão por parte do Estado para legitimar o preconceito literário.

4.1 DOS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS: LEITURA E ORALIDADE NO BRASIL

Não se pode negar que os livros e demais registros documentais representam estímulos imprescindíveis para o lastro da história de uma civilização. Entretanto, priorizá-los aqui é legitimar o conceito de leitura contrário aos caminhos desta pesquisa, pois a determinação de suporte e/ou conteúdos fixos induz à cristalização do leitor de livro clássico, além de configurar um vício histórico. Tratando de um país que carrega as cicatrizes de um regime escravocrata, não se deve desconsiderar a cultura e tradição daqueles que foram negados ao universo livresco, e que ainda assim mantiveram vivas suas heranças culturais pelos recursos mnemônicos – as técnicas de auxílio à memoração – através do ritmo, da dança, dos gestos.

Ao propor discussões que perturbam a ordem eurocêntrica e aparentemente natural, dá-se o primeiro passo na direção de uma autossuficiência étnico-racial consciente, que aponta os percalços inerentes a essa caminhada. Faz-se necessário subverter a “Casa Grande” para que exista emancipação dos paradigmas colonizantes e seja possível, assim, declarar resistência nos locais de fala dos que questionam a “branquitude”. O estudo é incômodo na medida que considera a informação um instrumento para que o indivíduo se coloque no mundo e tenha compreensão não só de sua ancestralidade, mas dos seus espaços intelectuais de e para a construção da identidade.

Embora a Biblioteconomia tenha dificuldade em superar o apego etimológico ao livro como objeto – notado na transição para o ambiente virtual onde se perde a materialização do instrumento e cria-se debates calorosos sobre a extinção dos registros físicos e, por consequência, seus adeptos – preocupa-se com a informação enquanto matéria-prima, a qual resiste ao tempo e se faz presente autonomamente do suporte dominante, neste caso, pela prática letrada. A referida área, de maneira geral, foi criada para a necessidade da elite e até hoje faz a manutenção desse lugar de poder, haja visto a dificuldade de estudos que trabalhem a noção de leitura além do texto escrito. É na complexidade dessa questão que se faz um apontamento à

história da leitura no Brasil, contada de forma esparsa pela escassez de fontes documentais e sobretudo pessoais.

Vale dizer que as fontes de informação nunca estão sós e são, pois, complementares, cada qual com seu método de resgatar a história. Quanto à oral, Thompson (1992) propõe pensar que a concretização do potencial desta área mudará significativamente o modo com que a memória é resgatada, ressignificando suas questões, julgamentos e natureza, pela insuficiência e ilegitimidade dos registros documentais existentes. Acredita-se ainda que a oralidade seja infinitamente mais detalhada do que qualquer registro escrito pode oferecer, pois remonta

uma história de becos sem saída, de mal-entendidos e de descobertas acidentais, dentro de um cenário social de rivalidades agudas, em parte provindas de especializações de grupo, mas que, por vezes levam à ocultação deliberada de informação. Assim, esta constitui importante contribuição para o estudo histórico do método científico, no qual o próprio cientista, de super-homem frio e racional, se transforma em animal mais humano e mais político (THOMPSON, 1992, p. 110).

Ainda para o autor, além de ser uma prática inexplorada, nota-se que não é possível preencher as ausências da história só com material manuscrito, porque “onde acessível, ele simplesmente discorria mais longamente sobre perspectivas burocráticas já disponíveis” (THOMPSON, 1992, p. 121). Ademais, conta o outro lado da história, garantindo maior verossimilhança, uma vez que as perspectivas captam a essência sem censura e não se limitam à cultura letrada que coloca no papel a interpretação sobre o próprio ângulo. Embora na sociedade contemporânea os documentos escritos sejam mais numerosos e presentes, “é muito menos rica do que as sociedades que se tornam letradas mais cedo, enquanto o material de fontes orais é abundante” (THOMPSON, 1992, p. 118). Bourdieu (2011, p. 233) acrescenta que existe uma projeção universalista, principalmente quanto à questão aqui discutida, quando “[...] historiadores, numa dimensão diacrônica, projetam nossa relação com os textos como sendo a única relação historicamente possível”.

A exemplo disso, “é possível, também, estudar a ‘religião popular’, as superstições e os rituais de nascimento, casamento ou morte dos não-religiosos – áreas essas, pela própria natureza, em sua maior parte fora do alcance da documentação institucional religiosa recente” (THOMPSON, 1992). Acontece é que a ciência nega aquilo que não consegue provar com o rigor metodológico e toda a práxis, reduzindo a oralidade ao senso comum ou conhecimento popular, que, de

acordo com Araújo e Oliveira (2011), “é uma forma espontânea de conhecer a realidade, no trato direto com as coisas, no cotidiano”.

Moraes (2006) coloca que “a história dos livros e das bibliotecas no Brasil é tão pouco sabida”, que, por efeito, a oralidade é seguramente muito menos evidente. Sisto (2010) completa que são heranças trazidas pela fala, as quais atravessam o tempo, o mundo e o homem como “mecanismo de manutenção, preservação e transmissão dos conhecimentos, dos costumes, das questões éticas e estéticas coletivas”; num processo de comunicação que se estabelece na continuidade enquanto um repositório cultural para a “consciência dos povos”, que, paulatinamente descobre outros recursos para reter mais informações e ampliar cada vez mais a memória” (SISTO, 2010). E quanto ao conceito de literatura oral,

surge, pela primeira vez, na obra literária *“Litératura orale de la Haute Bretagne”*, publicado em 1881 por Paul Sébillot. Seu uso vem exatamente sublinhar essas “obras” que passaram de geração em geração pelo exercício da repetição e memória (SÉBILLOT, 1881 apud SISTO, 2010).

É sabido que todos os povos contam seus feitos desde tempos imprecisos e isso acontecia antes mesmo da escrita, a qual surge num contexto diaspórico por uma relação de hierarquia e poder. Olhando atentamente à História, não é difícil perceber que a sociedade era dividida em quem sabia “ler” e escrever, principalmente na Grécia e Egito, de modo que essa configuração ainda está presente hoje, na hostilidade e segregação com aqueles que não foram alfabetizados. Escribas, por exemplo, controlavam a ordem pública e supervisionavam todo tipo de atividade, pois conhecer a escrita garantia certo prestígio e superioridade social. Há de se demonstrar que a maioria das civilizações foi, no princípio, ágrafa, mas negam a oralidade como o discurso colonizante de que a escrita trouxe desenvolvimento, evolução e civilidade.

Ouve-se na academia com certa frequência que as fontes de informação documentais são registros da história mais seguros. Esquece-se, pois, de que queimar bibliotecas na Antiguidade era reduzir a sociedade à condição primária, restando as fontes pessoais, as quais se manifestavam por intermédio dos sábios e anciões. Mais conhecidos como griôs, são eles os africanos contadores de história que “catalisam a força vital da expressão e [...] com signos não impressos, tornam a comunidade visível para ela mesma” (SISTO, 2010), de modo que a palavra dita não

aprisiona o substancial do significado. Guardadas as devidas proporções, “na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima” (HAMPÂTÉ BÁ, 1990 apud SISTO, 2010), já que

a escrita é uma coisa e o saber, outra. A escrita é fotografia do saber, mas não é o próprio saber. O saber é uma luz que está no homem. É a herança de tudo que os ancestrais puderam conhecer e nos transmitiram em germe, assim como o baobá está potencialmente contido em sua semente (HAMPÂTÉ BÁ, 1990 apud SISTO, 2010).

Claude Lévi-Stauss (2005), antropólogo belga, em *Pensamento Selvagem*, desdobra sobre o estudo de povos ditos primitivos contestando a perspectiva racista-continental. A designação “selvagem” foi cunhada pelo olhar eurocêntrico e não deve referir-se a um sujeito incapaz ou inferior. Propõe enxergar povos nativos da América do Sul, enquanto enfoque de estudo, com tradições diferentes e cultura dinâmica operante em outra lógica. Discorre ainda sobre a concretude do pensamento nativo com vistas à ciência, ao passo que o primeiro se atem ao concreto, enquanto o último ao abstrato: embora exista rigor e métodos de verificação para a ciência, são incapazes de ver o mundo pelo conhecimento sensível e mitológico, o qual explica a realidade pelas alegorias. Já os cientistas, “dominam o mundo, mas desde que venha até eles sob a forma de inscrições bidimensionais, superpostas e combinadas” (LÉVI-STRAUSS, 2005), cuja percepção está inculcada na racionalidade da palavra escrita.

Seguindo a periodização clássica da História do Brasil, na forma didática pela qual a Historiografia conta os caminhos do país de acordo com as conjunturas políticas, econômicas e sociais e o divide em três momentos, pode-se dizer que o primeiro deixou marcas na ancestralidade do brasileiro por três séculos de Colônia. Portugal, na extensão de seus domínios ideológicos, territoriais e comerciais de uma Europa mercantil, fez daqui local de povoamento e exploração, enriquecendo a metrópole a partir dos recursos da colônia. Quase 50 anos depois da “descoberta” – termo cunhado pela perspectiva colonizadora que despreza as práticas anteriormente realizadas – chega o Governo Real e, com ele, as primeiras bibliotecas jesuíticas.

Através do discurso religioso, durante o ciclo açucareiro, insustentavelmente criou-se escravos do medo e da punição “divina”, sob pressuposto de que deveriam seguir outros ensinamentos e, em virtude disso, civilizar-se. Bibliotecas de

conventos se tornaram comuns e formavam a parcela minoritária de jovens que concluiriam os estudos em Portugal, além dos notórios acervos particulares, livrarias e até imprensa (MORAES, 2006). No espectro de vida urbana em que aproximadamente 78% da população era composto por analfabetos, privilegiar a leitura dos clássicos da época é, senão, um equívoco histórico em que a função e o público dessas unidades é facilmente identificado.

5 DOS PRECONCEITOS DE LEITURA

Quando se fala em preconceito, seja ele de leitura, etnia, classe social, gênero, sexualidade ou crença, deve-se ter em mente o entendimento sociológico, cujos pressupostos teóricos não só explicam, como dissecam os fundamentos dessa prática. Trata-se de uma ideia generalizada, atribuída sem a necessária verificação, a qual assume o caráter hostil pela intolerância com relação às outras manifestações. É facilmente identificada na perspectiva do etnocentrismo individualista, quando um sujeito repulsa qualquer pensamento distinto do que considera conveniente e persegue as diferenças. Existe aqui, para Marx e Engels (2011), uma dominação sustentada pela hierarquia do capital cultural, materializada através da estrutura de classes.

A premissa dá conta de que no capitalismo – modo de produção que se constitui através de uma relação autoritária do proprietário ao proletariado – aqueles que detêm os meios de produção, no caso o capital enquanto bem econômico de insumo básico para a sociedade, sustentam a supremacia, engendram a lógica da coletividade e, por efeito, controlam a produção de ideias (MARX; ENGELS, 2011). A estratificação dada pelas condições econômicas e culturais, categoriza, reforça e, não obstante, engessa os indivíduos em seus respectivos *locus*, assimilados pelos interesses comuns e pela consciência do próprio pertencimento de classe, de modo que apenas a emancipação permite a insurgência (MARX; ENGELS, 2011). Grün (2016), de encontro à proposta, coloca que a riqueza traz a noção de falsa legitimidade, na qual

a esfera cultural costuma ser vista como contraposta e subsumida à econômica. Essa avaliação é um automatismo ancorado que confere maior importância à "dura e objetiva realidade econômica" do que à "plástica e ambígua atualidade cultural". É ainda o resultado de um marxismo vulgarizado que curiosamente enraizou nos setores cultos da sociedade um determinismo econômico, paradoxalmente tosco, que funciona como efeito-teoria perverso, incidindo principalmente nos setores sociais e culturais que se identificam com o chamado "neoliberalismo".

A circulação de pensamentos fica, assim, sob tutela da classe dominante, a qual possui dispositivos para garantir a soberania de suas ideologias através de equipamentos do Estado, como a escola, a igreja, a biblioteca, os meios de comunicação, dentre outros. Althusser (1983 apud SILVA, 1999) confere a essas instituições a categoria de aparelhos ideológicos centrais, "pois atingem

praticamente toda a população por um período prolongado de tempo”, corroborando à alienação do proletariado, “onde se aprende os hábitos e habilidades próprios da classe dominante” (BOURDIEU, 1999). Isso posto, representam o capital cultural na medida que “[...] o utilizam para reforçar a diferença” (BOURDIEU, 2011, p. 241) e impor o seu sistema de costumes e tradições como cultura, negando aquilo que não pertence a esse universo. Silva (1999) completa dizendo que

o domínio simbólico, que é o domínio por excelência da cultura, da significação, atua através de um ardiloso mecanismo. Ele adquire sua força precisamente ao definir a cultura dominante como sendo a cultura. Os valores, os hábitos e costumes, os comportamentos da classe dominante são aqueles considerados como constituindo a cultura. Os valores e hábitos de outras classes podem ser qualquer outra coisa, mas não a cultura.

Nessa perspectiva, a acumulação de livros e demais textos escritos reproduz mecânica da elite para sustentar a prática letrada. Privilegiar o livro é estabelecer uma demarcação social a partir dos que tiveram acesso à alfabetização, conforme Martins (1994, p. 20) coloca que “[...] o hábito de ler livros é especialmente mistificado [...] uma vez que os letrados são os únicos capazes, seja de criar e compreender a linguagem artística, seja de ditar normas, leis e estabelecer valores sociais e culturais [...]” cabendo a eles a noção equivocada de significar o mundo aos seus moldes.

Deflagra-se, portanto, a crise de leitura, não pela ausência do texto escrito clássico, mas pelo princípio excludente de que a prática se restringe a suporte e conteúdo previamente determinados e na forma com que essa noção é incorporada pelo senso comum. Além disso, ressalta-se que ler será sempre um instrumento emancipador, o qual só se atinge quando se compreende a realidade, seja letrado ou não, já que “[...] seria contrassenso insistir na importância da leitura restringindo-a a livros ou, quando muito, textos escritos em geral. Isso implica em alijar da experiência de leitura os milhões de analfabetos espalhados pelo país ou ‘iletrados’ que não costumam ter na escrita sua referência cotidiana” (MARTINS, 1994, p. 53).

A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes. Na medida que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida que ela vale alguma coisa; na medida que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural. Esse capital cultural existe em diversos estados: as obras de arte, as obras literárias, as obras teatrais, [...] sob a forma de títulos, certificados e diplomas (SILVA, 1999).

Todo o intelectualismo insustentável das noções diretivas em leitura se torna arma “[...] que nos leva a aceitar as estruturas sociais existentes como boas e desejáveis” (AUTHUSSER, 1983 apud SILVA, 1999) e endossam, desse modo, “[...] a repressão da violência simbólica” (BOURDIEU, 1999), a qual se deflagra com ataques coercivos à esfera psicológica através de um constrangimento moral. Isso acontece de maneira tão grave quanto à física, quando o paradigma normativo, seja de leitura ou em qualquer outra instância, castra manifestações que (r)existem fora do núcleo e marginaliza as práticas populares, fragmentação esta que “[...] resulta das divisões entre as classes, dos processos diferentes de aprendizagem, da escolaridade mais ou menos longa, do domínio mais ou menos seguro da cultura escrita” (CHARTIER, 1998, p. 92).

Frente ao exposto, pode-se inferir que destituir alguém da condição de leitor(a) pela não familiaridade com o convencionado enquanto tradicional é, portanto, cometer um atentado à integridade do sujeito, censurando-o pelo (in)fundado discurso socioeconômico, pois

a desqualificação dos objetos implica na desqualificação das pessoas que o tomam para ler, tornando a leitura um capital individual e de classe, com valor de mercado e *status* no meio social imediato, [...] prisioneiros da ideia de que uma certa leitura de certos objetos é a única legítima, mantendo nossa ignorância sobre as práticas efetivamente realizadas (ABREU, 2001, p. 154).

O trabalho monta resistência para que seja possível declarar a liberdade em leitura, considerando igualmente cada texto – escrito ou não – em suas diversas formas de ler, enfraquecendo as referências estereotipadas. Assim, deve-se “[...] examinar com cuidado os discursos que alardeiam o ‘fracasso’ da cultura no Brasil, examinando de onde partem e seus pressupostos” (ABREU, 2001, p. 141), uma vez que “[...] a leitura não é uma prática neutra, [...] envolvida em questões culturais, políticas, históricas e sociais” (ABREU, 2001, p. 155).

Do ponto de vista histórico, os preconceitos dessa órbita são percebidos na Idade Média, a partir da Igreja Católica (CHARTIER, 1998), cuja parcela minoritária se constituía pelo clero, o qual determinava as situações de leitura para garantir seus domínios ideológicos. A prática, no princípio, acontecia em voz alta, para que houvesse controle sobre o quê e como se estava lendo, ao passo que, “[...] com a leitura silenciosa, o sentido das palavras não está mais sujeito às orientações ou

esclarecimentos, à censura ou condenação imediatas de um ouvinte” (MANGUEL, 1997, p. 68, apud SANTOS, 2014). Essa liberdade representa a primeira autonomia ante os poderios religiosos, a qual nitidamente deflagrou um dos primeiros preconceitos do universo letrado.

Os demônios da Igreja, no tocante à leitura, só estavam começando: do rolo ao códex, da oral à silenciosa, mas acima de tudo pela produção dinâmica da prensa de Gutenberg. Segundo Chartier (1998), o temor pela perda, corrupção e proliferação dos textos sagrados incitou a preservação dos paradigmas que sustentam, ainda hoje, certos preconceitos, levando em conta as interpretações distintas daquelas preconizadas pela instituição, já que para “[...] cada leitor, em cada uma de suas leituras, a cada circunstância, é singular” (CHARTIER, 1998, p. 91) e o receio de se diminuir a essência sacra “[...] com usos, manuseios e intervenções do leitor, infinitamente mais numerosas e mais livres” (CHARTIER, 1998, p. 72).

Não obstante o reforço à demarcação de classe, ressalta-se ainda a hostilidade quanto ao gênero, uma vez que mulheres eram proibidas de aprender a ler, desigualdade prontamente notada na atualidade pela desigualdade nessa esfera, sabendo que os líderes religiosos são, em maioria, homens (MANGUEL, 1997 apud SANTOS, 2015). Na mesma perspectiva, Chartier (1998) reforça que

durante muito tempo a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações “selvagens”, sem garantia do poder. Poder-se-ia comparar esta obsessão com o medo que a Igreja sentia diante da leitura da Bíblia por todos os cristãos (CHARTIER, 1998, p. 109).

Já que percorrer a história da leitura é remontar os caminhos de suas rupturas (CHARTIER, 1998), há necessidade de evidenciar também o impacto da escola como precursora da estigmatização do livro e do clássico, na concepção de que o cânone escolar representa a materialização dos preconceitos em leitura, pelo discurso equivocado em considerar que, diante da proliferação iminente de informações, o número de leitores diminui. A qualidade não é analisada, pois esse discurso é utilizado para balizar os preconceitos e reforçar que determinados conteúdos são melhores que outros (CHARTIER, 1998).

Popularizar será sempre afrontar aquilo convencionado como tradicional e isso acontece porque a postura intelectualizada é mantida não pela maioria, mas

pelos que “reservam para si o direito de ditar normas para à leitura, bem como guardam o privilégio da criação e fruição das artes, das ideias” (MARTINS, 1994, p. 78). Tal conservadorismo pretende, senão, que o sujeito se envolva com a leitura sem considerar seu contexto pessoal, o que endossa um modo de ler pré-existente e condicionado.

É sabido que exigência da sociedade moderna propõe outras estruturas textuais, que respondem às demandas sociais numa nova configuração. Não são inferiores; apenas tem exigências diferentes das de outrora, com lógica e dinâmica determinadas pela condição indômita do leitor. É falacioso, ademais, dizer que os jovens se afastam da leitura por transporem as definições do cânone escolar (CHARTIER, 1998). Mas existem os que defendem a contemporaneidade como o *frenesi* da leitura quando comparada a tempos remotos, ao que o autor relembra trazendo a escassez de material como mote para a leitura detalhada e constante, já que “[...] os leitores modernos agarram com avidez as novidades, os novos gêneros, os novos objetos” (CHARTIER, 1998, p. 104).

Cria-se pela escola, então, o mito de que leituras comuns são ruins, difundido o enunciado da “[...] não-leitura muito mais do que contribuído para a reflexão sobre as práticas de leitura” (ABREU, 2011, p. 154), uma vez que “[...] aqueles considerados não-leitores leem, mas leem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como leitura legítima” (CHARTIER, 1998, p. 104), determinando os suportes, os conteúdos e os territórios da prática (SANTOS, 2014). É compreensível, logo, quando se tem em mente que ela é um aparelho ideológico do Estado, que favorece “[...] a permanência da sociedade capitalista, a qual depende da reprodução de seus componentes econômicos e ideológicos” (ALTHUSSER, 1983 apud SILVA, 1999).

Cabe à educação ensinar a transgredir, como prática de e para a liberdade (HOOKS, 2013), restringindo o pensamento colonizante a fim de descentralizar a hegemonia ideológica. Deve-se, para a autora, estabelecer valores que coloquem os indivíduos contra a dominação, numa pedagogia interdisciplinar e transfronteiriça como prática social humanitária. A escola, como dispositivo de supremacia burguesa, traz o discurso de demarcação social e poder, adestrando os alunos pela uniformização do pensamento (FOUCAULT, 1999). Desse modo, torna-se imprescindível a subversão dos costumes impostos, bem como a questão de classe, para que o modo de pensar se torne um ativismo político, econômico e social que

questione esta linha de montagem da produção de pensamento (HOOKS, 2013; FOUCAULT, 1999). A sala de aula, só assim, se constitui enquanto *locus* do saber, que dispensa as verdades universais para se preocupar efetivamente com a construção da identidade.

Tratando, por fim, dos preconceitos de leitura no Brasil, é necessário adotar outras lentes, pois o enquadramento colonizante e, por efeito, eurocêntrico, analisa em pé de igualdade os cenários históricos, cujas realidades são completamente distintas. Dizer que o brasileiro não está apto a ler ou assumir o livro – puramente enquanto objeto – é contrariar a História e desconsiderar percalços da falta de democratização educativa. Mais grave ainda é afirmar que não há interesse à cultura ou atividade intelectual, uma vez que ela se mantém viva numa nação onde a maioria desempenhava atividades subumanas, submetidos à escravidão, privados de escola, biblioteca ou qualquer outro incentivo.

Nunca houve desinteresse, mas distanciamento social a partir de quem detinha o capital para quem trabalhava, de modo que isso imprime os reflexos na atualidade. O equívoco está na alienação de assumir o quadro supradito como verdade e se martirizar por não realizar leituras específicas, como se isso ajudasse na ascensão de classe. Antes de arremessar pedras contra um conceito de leitura mais democrático e condizente com as circunstâncias, deve-se ter consciência dos processos socioeducativos de um país que carrega as marcas de açoite do chicote, pois, a fim de tornar a população leitora de livros e clássicos, é necessário ter condições substanciais para superar fome, desemprego, criminalidade elevada, problemas habitacionais, ausência de alfabetização qualificada, dentre inúmeras mazelas, para que assim e, só assim, haja prazer na leitura de modo que ela se efetive enquanto uma agradável viagem.

6 DA TELEVISÃO E DA NOVELA: REFLEXÕES SOBRE MÍDIA

E surge a televisão, uma das invenções mais prodigiosas da humanidade, a qual impactou com destaque o modo de vida pós Segunda Guerra. A tecnologia revolucionária de um aparelho transmissor de imagens e sons concomitantes provocou fascínio em uma sociedade acostumada com rádio e teatro, estabelecendo inegavelmente laços viscerais com o sujeito moderno. Influenciou comportamentos de tal forma que, ainda hoje, é o meio de comunicação com maior penetrabilidade social, mesmo após a internet (CAMARGO, 2009).

As primeiras transmissões, em preto e branco e com resolução questionável, se deram pelos experimentos realizados na década de 1920 em territórios como Japão, Inglaterra e Estados Unidos, fato que não se pode precisar, visto a contribuição de vários pesquisadores em locais diferentes. Devido ao extenso desenvolvimento tecnológico no contexto de 1940, a então “caixa mágica” foi utilizada enquanto veículo de dispersão em massa, e nunca mais parou (CAMARGO, 2009). Quantos aos aspectos mais notáveis, ressalta-se a propagação em larga escala desse aparelho nos anos 50, marcando o surgimento de ídolos como Elvis Presley e exportação do *know-how* a vários países.

Ainda nessa época chegou ao Brasil, oficialmente inaugurada em 18 de setembro de 1950 por intermédio de Assis Chateaubriand, configurando, então, a primeira difusora da América Latina: TV Tupi. No princípio, havia apenas 2 mil televisores; mas com a fabricação em série sediada no território nacional, em 1960, o quantitativo passou para 760 mil, representando 4,61% dos domicílios brasileiros (LORÊDO, 2000). Já em 1970, o regime militar fez da telecomunicação um setor estratégico à transmissão de conteúdo político para a alienação e, nos anos 80, somava 19,6 milhões de aparelhos, representando 74,1% de cobertura no país. Depois da queda, os números se restabeleceram, em 1994, com o Plano Real, possibilitando crédito às camadas populares de modo que esse bem de consumo deixou de ser, enfim, artigo de luxo (LORÊDO, 2000). No início do século XXI já contemplava 90% dos lares, com 37 milhões de equipamentos.

Segundo estatísticas do IBGE (2012), cerca de 97% dos domicílios têm um aparelho televisor, superando a marca de geladeiras, rádios e demais eletrodomésticos. Ainda de acordo com o instituto, 40% dos brasileiros assiste à TV

aberta e dá audiência para seus programas informativos, educativos e culturais. Ela representa um veículo coletivo de conteúdos diversos, embora existam, de acordo com Otondo (2008), debates calorosos sobre a televisão aberta na América Latina quanto sua definição, legitimidade e justificativa. Acredita-se que seja “[...] um fator de equilíbrio democrático das comunicações sociais” (OTONTO, 2008) e “uma formidável abertura para o mundo, senão o principal instrumento de informação e divertimento da maior parte da população” (WOLTON, 1996 apud DOMINGOS, 2013).

Não é difícil perceber que, das 18 horas de programação, 6 estão destinadas ao produto seriado mais conhecido como novela (PALLOTTINI, 2012), a qual representa um dos carros-chefe das principais emissoras, representando, assim, um veículo de instrução e entretenimento (BORELLI; PRIOLLI, 2000). Quanto à definição, pode-se dizer que configura

um programa televisivo de ficção [...] mais ou menos longo, fracionado, inventado por autores, representado por atores, que transmite com linguagem de TV para contar um enredo, como se fazia no cinema, sem esquecer uma das mais ricas e permanentes fontes de matéria ficcional, a literatura de gênero épico (PALLOTTINI, 2012, p. 25).

Ainda para a autora, observa-se que tem origens italianas no vocábulo “*novella*”, chegando ao continente pelo latim “*novellus*”, cujo ancestral mais longínquo se encontra nas canções medievais do trovadorismo (PALLOTTINI, 2012). No que concerne à estrutura, é possível afirmar que cada cultura incorpora sua dinâmica própria à telenovela. Quanto à brasileira, aponta-se que é fruto de uma miscigenação, tal qual o tupiniquim, resultante

de uma matriz cultural que a diferencia das demais manifestações audiovisuais norte-americanas, europeias e latino-americanas. A origem [...] pode ser resgatada pelo diálogo com os modelos de folhetim francês do século XIX, das radionovelas e cinema de lágrimas latino-americano e, finalmente, da *soap opera* americana. Entretanto, as telenovelas, no Brasil, apresentam especificidades que lhes são inerentes e não podem estar desvinculadas dos processos de modernização da cultura brasileira, dos mecanismos de produção e história da indústria cultural, dos deslocamentos narrativos e adaptações na textualidade do gênero, no perfil do público receptor, [...] produto este de apelo popular mais rentável no país (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 85).

Sabendo que Avenida Brasil foi transmitida no período nobre das 21h, ainda à luz dos autores mencionados acima, apresenta-se o padrão de exibição que

acontece logo após o Jornal Nacional com, respectivamente, a vinheta da novela, o espaço para o patrocinador e as cenas finais do capítulo anterior articuladas às imagens daquele a ser apresentado, sequenciamento sem interrupções como estratégia para garantir a concentração e controlar o ímpeto do audiente em mudar o canal (BORELLI; PRIOLLI; 2000). Apresentam mais de 45 minutos o episódio, entre 150 e 200 no total, divididos em 5 blocos de aproximadamente 12 minutos, estabelecidos pela duração média de atenção do espectador em, no máximo, 15 minutos (RESENDE, 199-? apud BORELLI; PRIOLLI, 2000). As tramas deste horário contemplam abordagens mais complexas e próximas à realidade, com classificação indicativa superior. Cabe à novela das 18h, então, os melodramas de época e o alívio cômico às tramas das 19h.

De maneira geral, configura uma manifestação cultural popular de massa, a qual é a principal indústria audiovisual do país que garante a hegemonia da Rede Globo. Ela “[...] representa para os brasileiros um mito, uma provocação, um desafio. Tendo se consolidado como um dos mais contundentes referenciais televisivos de nossa história recente, lança modas e modos de ver” (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 1). Os autores acreditam que a partir dela existe uma mediação direta com a vida cotidiana, interferindo nos hábitos de seus receptores e nas demais esferas da subjetividade. Ela apresenta matrizes culturais que compõe o universo popular da cultura tradicional, o que faz com que se sintam representados na narrativa admitida. Sugerem que a TV é a companheira de um perfil em condições econômicas menos favorecidas, não distanciando a leitura, pois essa relação é a própria prática no reconhecimento da realidade pelo ambiente ficcional. Além disso, a telenovela não só dinamiza a vida, como apresenta lazer e instrução concomitantemente.

De acordo com Marcolino (2016), a dramaturgia de televisão se encontra na fase naturalista desde 1970, a qual representa a realidade dentro no universo ficcional para garantir verossimilhança e adesão. Esta característica confere a ela alto poder de afecção em que a experiência narrativa influencia o psicológico de quem assiste numa relação quase hipnótica. Para Lopes (2015), existe um processo de identificação que se estabelece através dos sentimentos vividos pelo espectador que são transferidos ao personagem, explicados na capacidade de imersão dentro da fantasia paradoxal e harmoniosamente conjugada à vida prática. Trata-se de um subterfugio onde se esquece os problemas para viver do lado de lá da tela.

Os domínios da teledramaturgia representam a catarse emocional: uma ocasião para experimentar surpresas, alegrias e sofrimentos a fim de aliviar a carência e o fracasso de quem assiste (MARCOLINO, 2016). Está comumente na condição de conselheira, a qual cria paradigmas de comportamento pelo ângulo da câmera, luz, interpretação, cenário e texto enquanto conjunto de códigos assimilados pelo público para que a imagem que se apresenta diante deles seja semelhante a uma percepção real das questões econômicas, políticas e sociais (AUMONT, 1995 apud MARCOLINO, 2016).

Para todos os efeitos, no entanto, a referida manifestação cultural é aqui percebida enquanto estratégias de “pão e circo”, pela qual as classes dominantes estabelecem a ordem através do entretenimento a fim de garantir supremacia ideológica sem conturbações sociais. Todo mecanismo de influência e identificação com as cenas da telenovela são ferramentas para o autoritarismo, conjecturadas no modo de produção capitalista (ALTHUSSER, 1983 apud SILVA, 1999), em que o conteúdo das mídias pertence à elite enquanto equipamento ideológico para manutenção do controle. Bordenave (1997) completa:

os meios de comunicação são organizados e manejados segundo modelos forâneos, verticais e unilaterais, a não ser raras exceções, que parecem procurar mais o lucro, o prestígio, o poder e o domínio do que a construção de uma sociedade participativa, igualitária, e solidária, onde as pessoas realizem plenamente seu potencial humano.

A Indústria Cultural está efetivamente associada às problemáticas da pesquisa em questão já que, a partir do divertimento, garante a alienação daqueles que assistem à novela e pouco assimilam os preconceitos de leitura. Conforme Eco (199-? apud COELHO, 1980), a sociedade contemporânea se encontra num cenário apocalíptico de uma barbárie cultural em que um Estado Fascista é o agente e socializador, o qual distribui a cultura de acordo com os próprios interesses. A complexidade da trama coletiva e onipresença da mídia na atualidade tornam imprescindível pensá-la na perspectiva crítica, já que se manifesta como uma extensão do sujeito pós-moderno, em que o meio e a mensagem se fundem de tal modo que dificilmente se pode separá-los (MCLUHAN, 1969 apud SOUZA, 2006).

O compartilhamento de informações é inevitável e se estabelece hoje por veículos diversos, cabendo salientar o rádio, a televisão, o jornal, a internet e demais instrumentos enquanto aparelhos ideológicos que corroboram à admissão das

circunstâncias conforme estão, bem como na coisificação da cultura como mercadoria (COELHO, 1980). Embora não se desprenda a análise das noções de comunicação inerente ao homem em sua necessidade básica de socialização, a autonomia do sujeito a partir da informação, nos pressupostos da Biblioteconomia, é a razão mais profunda dessa verificação, para que o indivíduo se constitua criticamente no mundo e utilize a mídia a fim de realizar suas leituras de maneira autônoma, já que “a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida, da sociedade, [...] são uma coisa só” (BORDENAVE, 1997, p. 12).

7 DA NOVELA: AVENIDA BRASIL

A trama central de Avenida Brasil se estabelece na vingança de Nina (Débora Falabella) contra sua madrasta Carminha (Adriana Esteves), narrativa que se divide em três fases. Quanto à primeira, começa em 1999, quando Rita (Mel Maia) percebe a dissimulação da nova mãe diante de Genésio (Tony Ramos). Não demorou para que a órfã descobrisse a farsa arquitetada em parceria com o amante, Max (Marcello Novaes), para roubar o patrimônio da família. Embora o pai não acreditasse de imediato, vê que a história é verdadeira ao se safar de um sequestro tramado pelos golpistas. Mas na ocasião em que terminaria seu relacionamento, parte atordoado e fatidicamente é atropelado em plena Avenida Brasil pelo então ídolo futebolístico, logo após a conquista do campeonato carioca. Jorge Araújo “Tufão” (Murilo Benício), ao prestar suporte diante da fatalidade, tem a euforia esvaecida no momento em que Genésio balbucia “Carmem Lúcia” como suas últimas palavras, na tentativa frustrada de denunciá-la. O recém-campeão presume que se trata da esposa e, num ato de culpa, presta as condolências à viúva, a qual percebe de imediato a oportunidade de restabelecer financeiramente num casamento com o jogador.

Frágil, Tufão não resiste às investidas de Carminha e rompe seu noivado com a cabeleireira Monalisa (Heloísa Perissé). Para não se distanciar do seu amante, todavia, Carminha engendra os laços de Max com Ivana (Letícia Isnard), irmã do craque, a fim de manter secretamente sua parceria sob o mesmo teto. Enquanto isso, Rita é abandonada num depósito “aos cuidados” do inescrupuloso Nilo (José de Abreu), o qual explora as crianças catadoras de lixo para sustentar seu alcoolismo. Lá, se refugiou na casa de Lucinda (Vera Holtz) e desenvolveu afinidade por Batata (Bernardo Simões), com o qual trocou juras num amor de criança. Contudo, foi adotada por Martín (Jean Pierre Noher), levando-a para a Argentina. Logo recebe o nome de Nina para que pudesse ter, além de novas oportunidades, a identidade reconstruída. Entretanto, seu ódio se tornou cada vez maior, ao passo em que promete a si mesma fazer justiça para punir a mulher que a causou tantas desgraças. Carminha, então, adota Batata, seu filho biológico com Max, e o leva até a mansão para ser criado na companhia de sua também irmã biológica Ágata (Ana Karolina Lannes), apresentada a todas como filha do falecido. Ele escolhe ser chamado de Jorge “Tufão” Filho, carinhosamente apelidado de Jorginho e em pouco

tempo consegue o afeto dos avós Leleco (Marcos Caruso) e Muricy (Eliane Giardine).

A segunda parte se passa 13 anos depois, em 2012. Com a morte do padrasto, o fino laço que mantinha Nina na Argentina se dissolve e ela retorna ao Brasil para executar seu plano arditamente calculado desde a infância. Ela regressa como amiga virtual de Ivana e pede para trabalhar como cozinheira na mansão, que de pronto é atendida. Com a arte culinária, assegura seu cargo sem que Carminha ou Jorginho (Cauã Reymond) a reconhecessem. O que não esperava era descobrir que o amor de sua vida é, na verdade, filho da pessoa que mais despreza. Mas apesar disso, segue adiante para que a megera não faça outras vítimas.

Com as verdades emergindo, a *chef* não teve saída senão subornar Nilo e se envolver com Max. Carminha descobre por Nilo que a ex-enteada está no Brasil e persegue Betânia (Bianca Comparato), amiga de Nina desde a época do lixão, a qual se passa momentaneamente por Rita. Mesmo que Max soubesse a verdadeira identidade das duas, não as entrega. Com o resgate do falso sequestro de Carminha, anteriormente articulado em parceria com Max, Nina descobre o paradeiro do dinheiro e o utiliza para que Nilo tenha sua confiança, tirando-o de um casebre no lixo para um hotel luxuoso na Zona Sul, o que, como visto, não foi suficiente.

Carminha não demora para entender que Nina e Rita são, na verdade, as mesmas pessoas. As máscaras caem e o ponto alto da novela se dá quando ela e Lúcio (Emiliano D'Ávila), filho da empregada Janaína (Cláudia Missura), enterram Nina viva num cemitério distante. Ela escapar e, com fotos íntimas de Max e Carminha, resolve, por fim, colocar sua vingança em ação. Numa oportunidade em que os moradores estão em Cabo Frio, expõe a traição nos principais porta-retratos. Refém, a madame se vê enclausurada nas próprias mentiras e obedece às determinações da cozinheira para não perder o luxo que conseguiu. O deleite do telespectador se confirma quando, nos dias seguintes, Nina exige que a sua inimiga durma no quarto das empregadas e corte o tão amado cabelo. Mesmo com a volta dos moradores, as chantagens continuam, ao que Carminha, transtornada, se envolve num acidente e a pedido do marido, mesmo provisoriamente separados, fica internada num hospital psiquiátrico sob suspeita de loucura. Em pouco tempo foge com ajuda de Zezé (Cacau Protássio), também empregada da mansão.

No estágio final, a situação se torna insustentável e ganha notoriedade com a figura de Santiago (Juca de Oliveira), pai biológico de Carminha e paixão antiga de Lucinda. Max decide sequestrá-la junto de Carminha, Nina e Nilo. O clímax se dá quando ele é morto com uma enxada e, dada a situação, qualquer presente pode ser responsável pelo crime, uma vez que todos têm motivos para executá-lo. Enquanto o suspense se arrasta até o final da trama, Carminha, depois de enxotada pelos Tufão, é levada para a antiga casa pelo pai e toda a história se revela: Lucinda era casada com Nilo, mas numa ocasião ela se envolveu com Santiago. Nilo contou à mãe de Carminha, a qual obcecada pela raiva, matou Clarinha, filha de Nilo com Lucinda, que, descontrolada, pegou uma arma e atirou contra a moça. No entanto, não acertou e tampouco tomou conhecimento do que aconteceu depois. Santiago, então, assassinou sua esposa a sangue frio para que pudesse ficar com a herança, diante olhos de Carminha, ainda criança. Lucinda se entregou à polícia, foi presa; Nilo e o filho, Max, caíram em desgraça, restando o lixão; Carminha foi abandonada pelo pai no mesmo lugar, enquanto fugiu para a Itália. Desde então se tornaram inseparáveis, caso que rendeu Ágata e Jorginho, cujo nome de batismo é Cristiano.

Santiago decide utilizar a filha como instrumento para arrancar dinheiro de Tufão. Ao se aproximar afetivamente da família, Nilo decide desmascará-lo, mas é envenenado. A *chef* descobre que o ex-jogador foi sequestrado na oportunidade em que celebravam uma grande empreitada para o Divino. Carminha, Nina, Tufão e Santiago vão para Búzios, de onde os algozes voariam até o Uruguai. Antes de partirem, o vilão decide executar quem ficaria para trás. Carminha o impede e, com a arma em punho, dada a chance de matar seu desafeto e seu ex-marido, atira no pai. Quando a polícia chega, ela é levada e, tempo depois, assume o assassinato de Max, alegando que ele a mataria na referida ocasião. Entretanto, Lucinda outra vez se apresenta por um crime que não cometeu, na tentativa de se redimir por tudo o que foi desencadeado pelo caso extraconjugal. As provas apontam para uma só direção e desta vez Carminha é efetivamente detida. Quando sai da prisão, encontra Lucinda a esperando sorridentemente e, sem ter para onde ir, volta ao lixão e reconcilia com Nina, já que ela e Jorginho tiveram um filho e fizeram questão de que a avó o conhecesse.

Há outras tramas que, naturalmente, têm dinâmica própria e se conectam à principal enquanto secundárias. Deve-se ressaltar aqui a história do polígamo Cadinho (Alexandre Borges), empresário no ramo imobiliário que se relaciona

concomitantemente com Verônica (Débora Bloch), Noêmia (Camila Morgado) e Alexia (Carolina Ferraz), cujos filhos são respectivamente Débora (Nathalia Dill), Tomás (Ronny Kriwat) e Paloma (Bruna Griphao). Embora de muito prestígio, sustentar três famílias, incluindo a sogra Pilar (Betty Faria), o afastou do trabalho, de modo que seu assessor Jimmy (Felipe Abib) se aproveitou para leva-lo à falência. Marcante ainda é o triângulo amoroso de Suellen (Isis Valverde), que gosta de Roni (Daniel Rocha), o qual só tem olhos para Leandro (Thiago Martins), apaixonado pela “maria-chuteira”, a qual tem os homens do Divino ao seus pés, incluindo o filho de Monalisa, Iran (Bruno Gissoni), o dono do principal, Silas (Aílton Graça), o filho Darkson (José Loreto) e até o presidente do clube, Diógenes (Otávio Augusto). Parte da novela retrata o salão de beleza, cuja circulação de informações se dá pelas cabeleireiras Olenka (Fabíula Nascimento), Dolores (Paula Burlamaqui) e Beverly (Luana Martau). A narrativa se encerra do mesmo modo que começou: na exaltação do futebol como paixão nacional. Só que, no último capítulo, Adauto (Juliano Cezarré) pode se acertar com o próprio destino, balançando a rede com o pênalti que outrora desclassificara o Divino, levando o time, agora, à primeira divisão.

Quanto à repercussão, pode-se dizer que Avenida Brasil, 62 anos depois da primeira transmissão televisiva no país teve tamanha adesão que garantiu índices elevados durante a maioria dos capítulos. Essa recorrência conferiu a ela o *halo* de um sucesso que atravessou fronteiras, de modo que é a telenovela brasileira mais licenciada no exterior, com direitos de exibição adquiridos por 106 países, traduzida para espanhol, francês, russo, polonês, inglês e até grego⁷. Foi exibida no horário nobre das 21h de 26 de março a 19 de outubro de 2012, com 179 capítulos. De acordo com o blog “Mídia Interessante”, a exportação da teledramaturgia, embora não tenha um trâmite tranquilo e de pouca audiência pela diferença de culturas, não teve problemas quanto a isso e ocupa a 7ª posição do globo⁸. O sucesso foi tão expressivo que catapultou diversos atores e atrizes, além de receber 118 indicações e 41 prêmios⁹, inclusive internacionais, como notas da Revista *Forbes* sobre o faturamento de 2 bilhões¹⁰. Dados apontam que último capítulo “parou” o Brasil,

⁷ <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/top-10-conheca-as-novelas-da-globo-mais-vendidas-no-exterior/>

⁸ <http://midiainteressante.com/2016/09/qual-a-novela-mais-vista-do-mundo.html>

⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pr%C3%AAmios_e_indica%C3%A7%C3%B5es_recebidos_por_Avenida_Brasil

¹⁰ <https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2012/10/19/brazilian-telenovela-makes-billions-by-mirroring-its-viewers-lives/#3f5247fc44c0>

deixando as principais capitais desertas e com risco de *blackout* pelo número de televisores ligados, com 53,8 pontos de média¹¹. A então presidenta da República, Dilma Rousseff, cancelou a agenda de compromissos e disse que, na ocasião, acompanhou o desfecho como admiradora da trama. Sua assessora de imprensa revelou que a líder política acompanhava “Avenida Brasil” nos momentos vagos pela similaridade da dramaturgia com o cenário político do país no referido momento¹².

Pode-se dizer que o fenômeno teve contribuição notória da internet, uma vez que as redes sociais colaboraram para a repercussão através dos memes – conteúdo viralizado em mídias sociais, seja imagem, vídeo, frase ou música – com o bordão dito pela antagonista “É culpa da Rita!”, cenas de suspense para finalizar o capítulo em que o personagem congelava, além da *hashtag* “#oioioi”, fazendo menção ao refrão da abertura. Eles reforçaram o sucesso nos ambientes virtuais, os quais tiveram marcas poucas vezes atingidas por outro assunto pelas fotos, comentários e compartilhamentos da novela: 1.270.752 fãs aos conteúdos oficiais e extra-oficiais no *Facebook*, 169.843 citações no *Twitter* e 29.253 tags no *Instagram* até às 13h do último dia de exibição, segundo Israel (2012). Ainda para o especialista, os impactos na *web* acompanham a audiência que reverberou em números como mais de 13 milhões de acessos ao mês no site oficial; disponível pelo acervo digital “Memória Globo”¹³, e buscas no *Google* e *Youtube* com teto de 1000%.

A narrativa efetivamente comoveu o país retratando amores, traições, dores e alegrias. Entretanto, esses aspectos são características recorrentes das teledramaturgias que vieram antes e depois desta. O triunfo de Avenida Brasil se deu pelo impacto da aproximação com a identidade dos brasileiros, dando vida às camadas populares, pois, assistir à novela é atravessar a maior avenida do país de mãos dadas com a diversidade de culturas suscitadas no enredo. Contemporânea de Cheias de Charme, de Filipe Miguez, exibida no horário das 19h, exalta a ascensão da classe trabalhadora e desafios da emergente classe média. Extrapolou as características do gênero na inovação de representar com fidedignidade os costumes do subúrbio carioca, rompendo com a tradição da Zona Sul. A percepção

¹¹ <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/19/ultimo-capitulo-de-avenida-brasil-tem-509-de-ibope-e-e-maior-audiencia-da-tv-no-ano.htm>

¹² <https://oglobo.globo.com/brasil/o-ultimo-capitulo-de-avenida-brasil-leva-dilma-adiar-comicio-em-sp-6403250>

¹³ <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/avenida-brasil.htm>

do pertencimento de classes acontece pelo fato de que, enquanto “produto televisivo de massa” (DOMINGOS, 2013), acompanha a realidade e reflete situações cotidianas. A representação do subúrbio através de um bairro fictício apresentava, entre uma cena e outra, crianças brincando na rua, futebol amador, casas de arquitetura simples, feiras e outros serviços informais, carros antigos, além do calor.

Estudiosos da área dizem que a novela “[...] não pode falhar em termos de audiência” (MACHADO; BECKER, 2008 apud DOMINGOS, 2013). Por isso a televisão acompanha as transformações sociais e, no referido caso, nota que depois de 1990, ricos perderam o apelo diante do público, desgastando o folhetim com as estruturas de um enredo que se repete (BORELLI; PRIOLLI, 2000 apud DOMINGOS, 2013). Para Wolton (1995 apud DOMINGOS, 2013), existem duas esferas televisivas que se opõe: a generalista, a qual assume caráter amplo e heterogêneo para atender as demandas diversas, e a fragmentada, que reconhece a especificidade do espectador e atende parcelas homogêneas. O ineditismo, do ponto de vista teórico, está no aspecto disruptivo que propõe coexistência das duas facetas configurando, senão, o que o autor denomina de laço social: quando a abordagem generalista de Avenida Brasil se unifica de acordo com o conteúdo para cada classe.

Além de melhores produções e fotografias, a liberdade criativa da trama suscita no telespectador o sentimento de vingança, os quais finge não ter. Cria uma bússola cujos campos magnéticos são orientados pelos princípios de quem assiste e aponta para onde julga ser ético, de modo que ao término do último capítulo, o telespectador precisa admitir que fez parte de uma novela entregue para História.

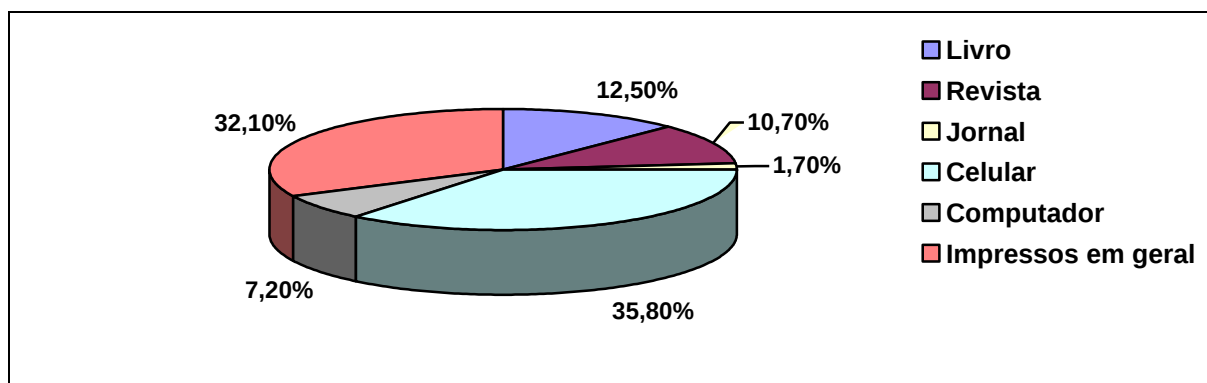
8 DA EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Assistida a novela, foi possível detectar 610 situações de leitura pelos 179 capítulos, examinando, então, os suportes predominantemente mencionados na literatura da área. As categorias estabelecidas para a Análise de Conteúdo foram “livro”, “revista”, “jornal”, “celular”, “computador”, e “impressos em geral”, numa perspectiva mais democrática que respeita o pluralismo de veículos, uma vez que insistir exclusivamente na leitura tradicional seria contrassenso, pois essa variante não é de referência comum para a vida cotidiana (MARTINS, 1994). Os materiais selecionados com finalidades metodológicas são verificados pela ocorrência da mensagem visual, considerando a frequência identificada. A própria ideia de leitura, bem como o meio no qual se manifesta, foi analisada quanto à distribuição entre os núcleos a fim de testar a hipótese de que a teledramaturgia, enquanto reflexo social, político e econômico (MARCOLINO, 2016), dissemina uma noção estereotipada da referida prática, numa concepção elitista e conservadora do ambiente “rico” para o “pobre” corroborando, assim, à alienação (ALTHUSSER, 1983 apud SILVA, 1999).

Embora o conceito adotado tenha certo grau de abstração, sua materialização com base no suporte é inevitável, lembrando que uma esfera não sobrepõe à outra, embora o código linguístico seja ferramenta imprescindível para que o indivíduo desenvolva, de uma forma ou de outra, suas atividades individuais e coletivas. Para que o mapeamento dê conta da trama em sua completude, recuperou-se 542 capturas da imagem em movimento, podendo dizer, desse modo, que, no universo ficcional de 49 personalidades classificados entre principais e secundárias dado o envolvimento com a história central, 40 foram retratados em atos de leitura. Isso implica em revelar que aproximadamente 82% do elenco lê durante as cenas. Discriminação e análise desses dados estão apresentadas a seguir, dispostas da maior frequência de leitura à menor, a fim de constatar os números no perfil desse leitor com apoio na construção da personagem. Vale assinalar que os 5 principais indicadores são esquadrinhados e correspondem, respectivamente, aos protagonistas Carminha, Tufão, Ivana, Max e Nina. Face à inviabilidade de pormenorizar integralmente todas as leituras para cada um dos papéis, decidiu-se, nesse caso, apresentar os demais constituintes do elenco quanto à frequência do principal suporte e compreender o número com base no enredo.

Principiando a investigação, apresenta-se Carminha na amostragem de 56 experiências de leitura, em que o livro foi encontrado 7 vezes; a revista, 6; o jornal, 1; o celular, 20; o computador, 4; e os impressos em geral, 18. A proporção é apresentada a seguir conforme expõe o gráfico.

Gráfico 1 – Carminha



Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os números antecedentes são compreendidos pelo fato de que a antagonista, na maior parte do tempo, se comunica por celular através de mensagens de texto, a fim de estabelecer os contatos que sustentam suas farsas. Quanto aos registros impressos, pode-se salientar que são, em prevalência, anotações às empregadas, embora seja possível citar também bilhetes, listas de compra, documentos, cartas, fotos, etc. Ambas as situações são de caráter informal, sem uma área específica para realizá-las. Mas com intuito de incorporar fidedignamente a máscara religiosa, aparece com a Bíblia em mãos durante algumas passagens, mesmo que sem interesses informativos, diletantes ou religiosos. Na oportunidade, se encontra sozinha em seus aposentos, circunstância de leitura que evidencia a intimidade da personagem (CHARTIER, 1998).

Para os momentos de distração, revistas sobre moda, casa e celebridades, geralmente à piscina ou na sala-de-estar, representando, assim, as leituras simples inerentes às atividades de lazer (ABREU, 2001). Computador destinado exclusivamente às informações financeiras e jornal, enfim, com muito pouca expressividade, visto que não existe interesse no que acontece fora das dependências da mansão. Sabendo que a personagem foi abandonada no depósito de lixo ainda criança, observa-se que o livro negado na infância culmina no

distanciamento com o suporte na fase adulta, embora não seja uma verdade inquestionável (MARTNS, 1994).

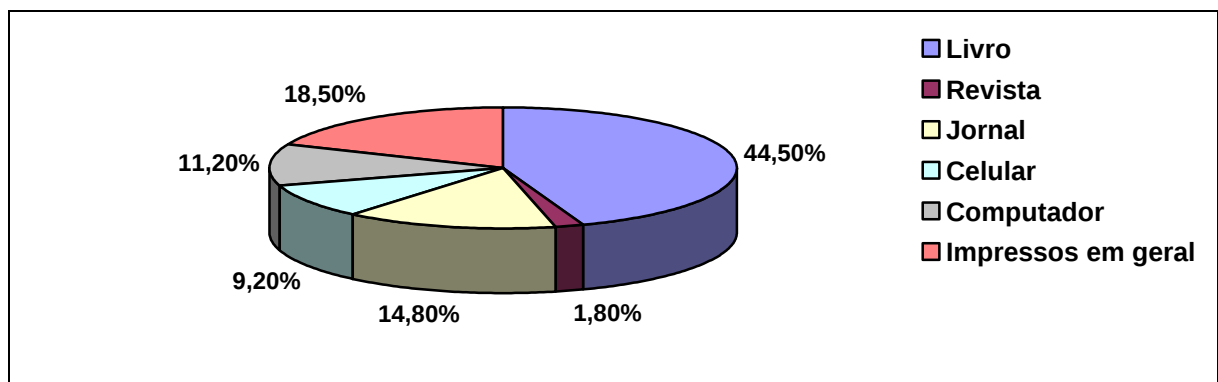
Figura 3 – Carminha



Fonte: Avenida Brasil (2012).

Dando sequenciamento à análise, apresenta-se a segunda personagem com maior índice de leitura, Tufão, cujos Algarismos apontam para uma amostragem de 54 práticas realizadas, sendo 24 vezes através de livro; 1, revista; 8, jornal; 5, celular; 6, computador, 10, impressos em geral, resultados estes expostos logo mais.

Gráfico 2 – Tufão



Fonte: dados da pesquisa (2017).

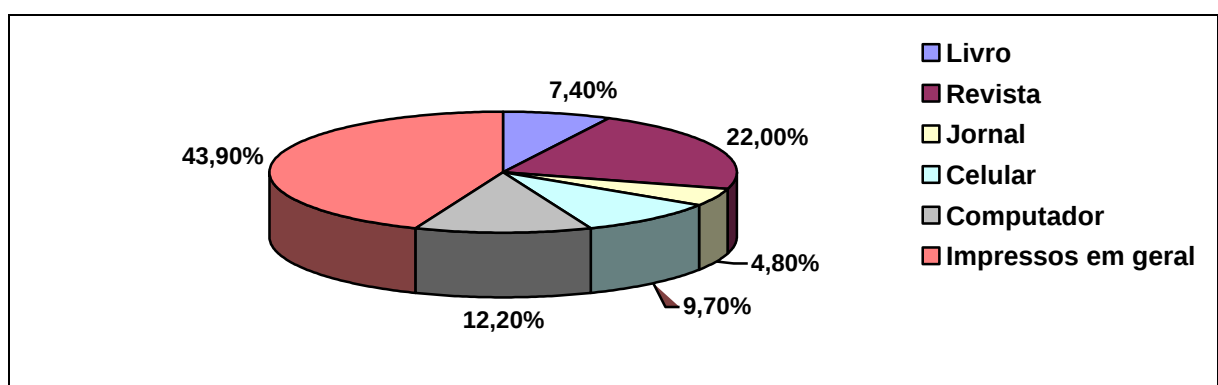
Apreciador ávido dos clássicos nacionais e internacionais, o jogador se envolve significativamente com o livro no decurso da novela sob recomendações de Nina: Dom Casmurro, O Alienista, Memórias Póstumas de Brás Cubas, Grande Sertão Veredas, A metamorfose, O idiota, dentre outros. Não obstante o suporte, este conteúdo é preconizado pelo cânone escolar como tradicional, tipo específico de texto considerado modelo-padrão nos julgamentos da elite letrada dada a sua densidade e complicação (CHARTIER, 1998). Embora denote eruditismo, a personagem mostra dificuldade em compreender o que lê, reforçando a construção estigmatizada de que um jogador de futebol tem pouca familiaridade com as atividades intelectuais, já que se preocupa com a manutenção do corpo. A leitura clássica, aqui, é de ordem diletante e acontece nas circunstâncias de instrução e (alta) cultura.

Quanto aos impressos em geral, se explica pelo fato de que Tufão pertence à diretoria do Divino Futebol Clube e à sociedade dos salões de beleza “Monalisa”. Esses casos justificam os cálculos nessa modalidade pela aproximação com documentos tipo ata, memorando, ofício, contrato e demais registros, situações sempre adequadas à formalidade dos escritórios. Além disso, ressalta-se o hábito herdado pelo pai, Leleco, de ler jornal diariamente para se inteirar dos acontecimentos, prática com regularidade, ambiente e postura bem definidos, sempre após o café-da-manhã, com o tabloide aberto sobre o colo. É possível afirmar, contudo, que o sujeito em questão não tem afinidade com a tecnologia e demais mídias eletrônicas, uma vez que utiliza pouco o celular e o computador para realizar suas leituras.

Figura 4 – Tufão

Fonte: Avenida Brasil (2012).

No terceiro lugar do *ranking* está Ivana, com 41 situações de leitura. Dada a amostragem, foi possível identificar o livro em 3 ocasiões; revista, 9; jornal, 2; celular, 4; computador, 5; impressos em geral, 18. Interpretando estes dados, a porcentagem é apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Ivana

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os coeficientes mais notórios se compreendem pelo fato de que ela trabalha enquanto administradora do patrimônio da família e, também, auxiliar de Monalisa nas empresas, de modo que a leitura se dá através dos registros referentes a imposto de renda, notas fiscais, cheques e demais finanças. Conforme coloca Abreu

(2001), leituras de texto escrito geralmente são acompanhadas de formalidade e, neste caso, os paradigmas da prática determinam o ambiente e o figurino adequados à situação. As revistas estão presentes com frequência nos momentos de lazer, ao quais acontecem à beira da piscina ou na sala-de-estar, despojadamente, cujo propósito é a distração. Chartier (1998) completa que a especificidade desta categoria está na ausência de um crivo quanto a sua legitimidade, já que escola e universidade criam consensos equivocados sobre a ausência de cultura dessas informações.

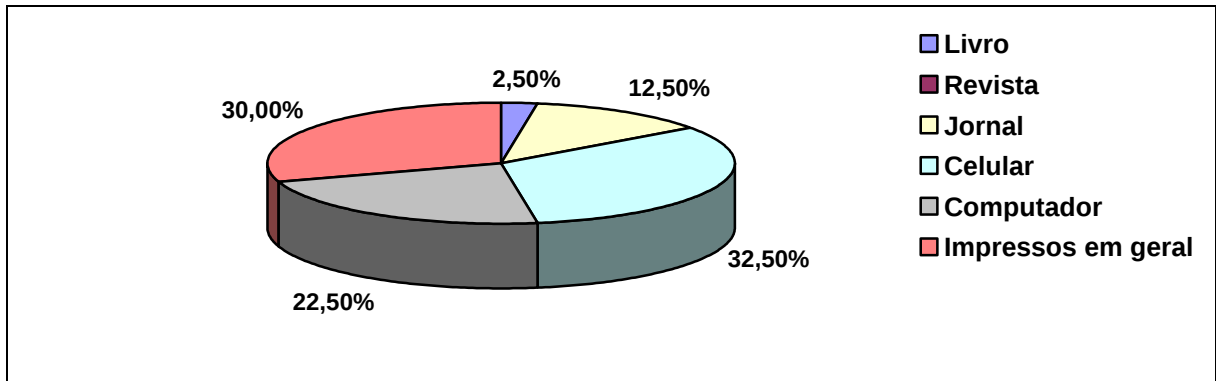
Computador e celular são utilizados para a realização de atividades diárias, complementando à primeira prática no tocante às transações bancárias, consultas a saldos e extratos, dentre outras atividades. Livro e jornal, por fim, são práticas pouco exploradas pela personagem.

Figura 5 – Ivana



Fonte: Avenida Brasil (2012).

Max soma 40 momentos de leitura, sendo livro mostrado uma única vez; revista, nenhuma; jornal, 5 vezes; celular, 13; computador, 9 e impressos em geral, 12. Seguem as interpretações.

Gráfico 4 – Max

Fonte: dados da pesquisa (2017).

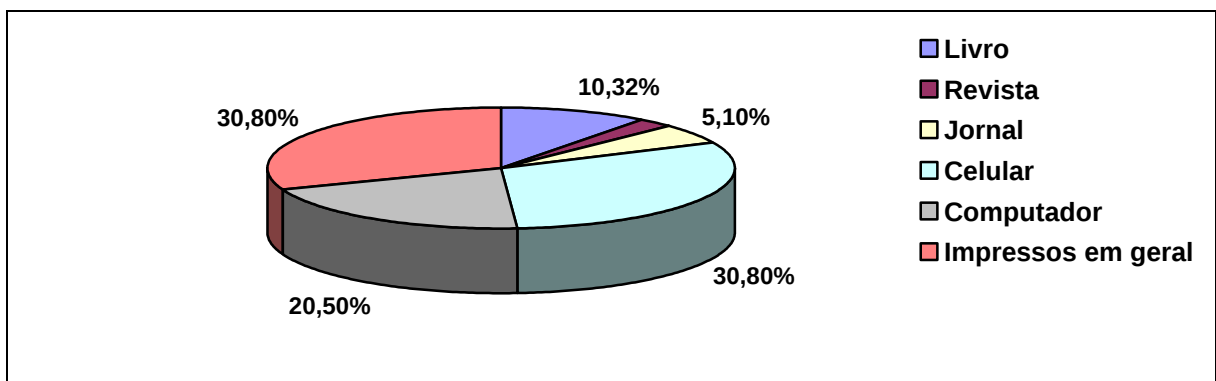
Como mencionado no capítulo referente ao enredo de Avenida Brasil, Maxwell é fruto da relação entre Lucinda e Nilo, e por infelicidade do destino foi jogado no lixo, criado desde cedo neste ambiente insólito. Pode-se inferir que a personagem não tem familiaridade com o universo livresco pela falta de oportunidades, tenha visto a escassez de recursos no local. Isso reflete na inexpressividade dos números dessa categoria, na qual livro e revista são usados exclusivamente para ocultar contextos mais próximos entre ele e a amante. Vale lembrar, todavia, que as demais situações consideradas não deixam de se estabelecer como leitura, as quais, para a personagem, acontecem em predomínio pelo celular, ora nos muitos momentos em que engendra os golpes aplicados à família, ora nos encontros às escuras com a concunhada.

Há de se ressaltar, ainda, as ocasiões em que negocia algum jogador para o Divino, o que sustenta os 30% da leitura de impressos em geral, modalidade que se manifesta pelos contratos e acordos que faz. Realiza leituras pelo computador apenas quando se envolve com questões financeiras e, de maneira geral, todas as práticas são marcadas pela mesma conjuntura de informalidade, com ambientes, textos e posturas mais livres, além de manuseios e intervenções infinitamente mais numerosas (CHARTIER, 1998).

Figura 6 – Max

Fonte: Avenida Brasil (2012).

Tratando efetivamente do término no que se refere aos protagonistas, Nina se encontra em quinto lugar com 39 ocasiões de leitura, situações em que o livro foi observado 4 vezes; revista, 1; jornal, 2; celular, 12; computador, 8; impressos em geral, 12. As circunstâncias são elucidadas pelo gráfico que segue.

Gráfico 5 – Nina

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Nina representa uma figura de interrupção normativa, pois, embora abandonada no lixão quando pequena, foi adotada por uma família que a forneceu educação formal demais estímulos intelectuais. Tornou-se grande entendedora de culinária e, mesmo com notável arcabouço literário, pouca vezes o faz durante a

trama, embora seja possível presumir facilmente o perfil de leitora “clássica”. Os números de impressos em geral e celular são percebidos na tentativa de esconder sua identidade sob o avental e concretizar a vingança, em especial nos muitos momentos quando troca mensagens com seus informantes, deixa bilhetes, registra locais, fotos e demais informações.

Uma curiosidade mórbida pode ser notada na equivalência entre ela e sua arqui-inimiga, sabendo que ambas leem principalmente pelo celular, prática que se explica no processo cíclico de Nina que segue Carminha e esta que acompanha aquela para defender cada qual seus interesses através dos suportes supracitados. Existe, também, um preconceito de classe facilmente constatado quando se tem em mente os hábitos eruditos que foram abandonados pela condição de empregada.

O computador, grande aliado, acompanhou com entusiasmo os passos para seguir Tufão, Carminha, Max e Ivana através das redes sociais, prática esta representada informalmente sobre a cama e com xícara em mãos. Já jornal e revista não têm ocorrência significativa, haja visto as poucas ocorrências.

Figura 7– Nina



Fonte: Avenida Brasil (2012).

Conforme exposto, é possível inferir que Carminha, Tufão, Ivana, Max e Nina totalizam aproximadamente 38% de toda situação de leitura da novela e isso acontece pelo fato de serem protagonistas, condição que os evidencia na trama

principal com maior frequência de episódios. Explica-se: a questão central gira em torno de Nina, abandonada no depósito por Max, aos mandos de Carminha, que se estreita com Ivana para se estabelecer enquanto cozinheira na casa dos Tufão, colocando em prática sua vingança.

Pode-se dizer, contudo, que as práticas anteriormente analisadas estão presentes no núcleo que detém o capital financeiro e, conseqüentemente, cultural. Sabendo que os preconceitos surgem na hierarquização da cultura atrelada às estruturas de classe (MARX; ENGELS, 2011), observa-se a característica da teledramaturgia em refletir os cenários sociais como mecanismo de identificação (MARCOLINO, 2016). Traz aspectos, no referido caso, como a ascensão da classe média emergente e critica os costumes da conhecida “classe A”.

No tocante aos estudos dessa órbita, é oportuno trazer as discussões da informação na sociedade moderna, onde a participação do indivíduo exige atividades e posicionamentos nos quais inegavelmente a leitura é imprescindível, pressuposta, senão, num processo de demanda, produção, registro, disseminação e comunicação constantes com a vida pública. As imposições suplantadas demandam muito mais que a simples decodificação de signos linguísticos, já que a informação é ferramenta para o desenvolvimento pessoal e coletivo (SANTOS, 2015). As práticas são cada vez mais diversas, seja em suporte ou conteúdo, já que os leitores estão estratificados não só pela classe, mas pelos processos de aprendizagem e escolaridade mais ou menos efetivos (CHARTIER, 1998). Fica evidente, então, a relação do sujeito com o meio, em que a leitura, do caráter utilitário ao científico, está ligada à capacidade de compreender o mundo a sua volta (MARTINS, 1994).

Dando continuidade, os demais personagens são apresentados na sequência, mencionando a respectiva leitura mais expressiva, com explicações apoiadas nas construções dentro da narrativa.

Quadro 1 – Noêmia

TOTAL	36
Livro	15
Revista	1
Jornal	4
Celular	7
Computador	1
Impressos	8

Fonte: o autor (2017).

Noêmia tem números significativos na leitura de livro, prática representada durante a maioria das cenas em que a personagem é retratada. Os números são compreendidos não só pelo apreço ao estudo, mas pela caminhada profissional que rendeu a ela o título de doutora em antropologia, cujo objeto de estudo se dá nas relações de pobreza. A exigência do esforço intelectual acontece pelas participações em seminários, palestras e demais eventos. A modalidade é retratada pelas lentes do eruditismo, uma vez que aparece com frequência sentada em sua biblioteca particular, com óculos, e muitos livros na estante ou abertos sobre a mesa. De encontro à análise vem as contribuições de Chartier (1998), no tocante aos locais historicamente utilizados para a realização desse tipo de leitura, no caso dos gabinetes, bem como no autoritarismo da estante cheia que denota conhecimento acumulado e trabalho intelectual ativo (ABREU, 2001).

Quadro 2 – Cadinho

TOTAL	36
Livro	4
Revista	1
Jornal	4
Celular	6
Computador	3
Impressos	18

Fonte: o autor (2017).

Cadinho, visto que é dono de uma imobiliária de prestígio, lê em maioria documentos de ordem empresarial, tais como contratos, atas, cotações da bolsa de

valore, dentre outros. A prática de natureza informativa acontece em seu escritório com a tradicional caracterização do ofício: sentado à mesa, com roupa social e muitos papéis espalhados.

Quadro 3 – Verônica

TOTAL	26
Livro	5
Revista	6
Jornal	3
Celular	6
Computador	2
Impressos	4

Fonte: o autor (2017).

Verônica, uma das três esposas de Cadinho, é flagrada 6 vezes das respectivas situações de leitura com o suporte revista. Embora seja dito que ela tem curso superior, é sustentada pelo marido num apartamento de luxo em Ipanema. Portanto, passa a maior parte do tempo em lazer, folheando materiais sobre arquitetura e moda, prática que acontece no sofá da casa, com as pernas esticas em posição de repouso, sem quaisquer pretensões informativas.

Quadro 4 – Jorginho

TOTAL	26
Livro	1
Revista	0
Jornal	7
Celular	4
Computador	3
Impressos	11

Fonte: o autor (2017).

Jorginho é jogador de futebol no time do bairro e se envolve mais com impressos em geral, acontecimento dado em situações informais de leitura, sem necessariamente um paradigma de ambiente, texto ou postura. A prática se dá através de cartas, fotos, bilhetes e papéis esparsos na tentativa de remontar sua

história e descobrir quem são seus pais biológicos. Questiona-se aqui o preconceito de que este perfil não lê ou não está familiarizado com a especificidade do texto escrito clássico, considerando erroneamente que prioriza atividades físicas, e não intelectuais, pelo perfil estigmatizado para esportistas.

Quadro 5 – Muricy

TOTAL	24
Livro	8
Revista	5
Jornal	2
Celular	2
Computador	1
Impressos	6

Fonte: o autor (2017).

Muricy lê livros com frequência, os quais são, em maioria, didáticos, na investida de alfabetizar seu namorado, Adauto. A prática é representada de maneira distinta, já que acontece sobre a mesa de cartas, no salão principal da mansão, palco de grandes polêmicas. Não se trata de um ambiente propício a este tipo de atividade, uma vez que há pessoas transitando ruidosamente pelo cômodo. Entretanto, dadas as circunstâncias, não se pode destituir essa prática da condição de leitura por subverter o local preconizado pelo consensos autoritários. Além disso, deve-se ressaltar sua natureza informativa e destacar a congruência de uma ex-vendedora ambulante ensinando o namorado gari a ler.

Quadro 6 – Ágata

TOTAL	22
Livro	12
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	5
Impressos	5

Fonte: o autor (2017).

Ágata é uma das personagens mais jovens da trama, filha adotiva de Tufão. Também é retratada frequentemente com livro, dada a situação escolar na qual se encontra. Efetua a leitura para realização das tarefas de casa, de natureza informativa, sentada ao chão do solão principal, recostada na mesa de centro.

Quadro 7 – Débora

TOTAL	17
Livro	4
Revista	0
Jornal	1
Celular	4
Computador	1
Impressos	7

Fonte: o autor (2017).

Débora, cujo maior expoente diz respeito à leitura de impressos em geral, o faz através de fotos, bilhetes, anotações e estudo sobre novas acrobacias, prática que acontece despretensiosamente, sem espaço normativo ou especificidade de texto. Contrariando as ideias pré-concebidas nessa órbita, teve acesso às melhores escolas, inclusive formação internacional, e quebra expectativas ao se esperar que sua personagem leia clássicos, visto as oportunidades que teve. Isso se dá pelo paradigma normativo que estabelece a inerência desse tipo de leitura às classes dominantes (CHARTIER, 1998), sem considerá-la um ato livre de apropriação, invenção e produção de significado independente do suporte que a veicula.

Figura 8 – Noêmia, Cadinho, Verônica, Jorginho, Muricy, Débora

Fonte: Avenida Brasil (2012).

Quadro 8 – Diógenes

TOTAL	16
Livro	0
Revista	1
Jornal	2
Celular	0
Computador	0
Impressos	13

Fonte: o autor (2017).

Quadro 9 – Leleco

TOTAL	16
Livro	2
Revista	2
Jornal	4
Celular	3
Computador	0
Impressos	5

Fonte: o autor (2017).

Diógenes e Leleco têm os indicadores mais notáveis no tocante à leitura de impressos em geral. Tal fato é entendido na esfera ficcional, senão, por pertencerem à Diretoria do Divino Futebol Clube. Isso implica em dizer que, pelo material no qual essa prática se materializa, corresponde a registros tais quais pautas de reunião, gastos da comissão esportiva, contratação de novos talentos, etc. As situações pedem formalidade e são retratadas nas dependências do clube. A escolaridade das personagens, contudo, não é mencionada.

Quadro 10 – Suellen

TOTAL	15
Livro	0
Revista	2
Jornal	3
Celular	5
Computador	0
Impressos	5

Fonte: o autor (2017).

Quadro 11 – Paloma

TOTAL	15
Livro	2
Revista	0
Jornal	0
Celular	6
Computador	2
Impressos	4

Fonte: o autor (2017).

Suelen e Paloma se equivalem pela leitura predominantemente realizada através do celular. Acontece em contextos distintos, não só pelo núcleo, mas pelo fato de que Paloma, no alto da adolescência, expressa sua rebeldia como forma de se isolar do mundo no aparelho, ao passo em que Suelen executa o extremo oposto: se comunica com seus diversos contatos para marcar encontros na esperança de que algum possa trazer sua ascensão de classe, tornando-a rica. Paloma, filha de Alexia e Cadinho, se encontra em período escolar, embora poucas vezes seja mencionada atividade intelectual para este fim. Suelen retrata a figura da mulher que consegue tudo por meio do corpo escultural e esse fato explica, portanto, o uso do celular em diversas situações, inclusive no trabalho, sem que Diógenes a demita. A prática acontece em locais variados, sem consensos de texto, postura ou ambiente, deflagrando a informalidade da leitura pelo celular.

Quadro 12 – Monalisa

TOTAL	14
Livro	2
Revista	0
Jornal	1
Celular	1
Computador	1
Impressos	19

Fonte: o autor (2017).

Quadro 13 – Alexia

TOTAL	14
Livro	3
Revista	3
Jornal	0
Celular	1
Computador	1
Impressos	6

Fonte: o autor (2017).

Tanto Monalisa quanto Alexia marcam 14 oportunidades de leitura e se aproximam por realizarem através de impressos em geral. A primeira, dona de

inúmeros salões de beleza, utiliza, portanto, embalagem de produtos capilares, agenda de clientes, anotações referentes às atividades diárias, bem como as finanças da empresa. A prática é circunstanciada e inexoravelmente atrelada ao ambiente de trabalho. Não configura caráter diletante, mas é possível dizer que caracteriza uma exigência social para realização do ofício, já que a produção escrita apresenta inúmeras manifestações (MARTINS, 1994). No outro extremo está Alexia, a qual herdou um vasto montante das minas de cobre colombianas, de modo que nunca precisou trabalhar. Passa grande parte da narrativa buscando sua satisfação amorosa e, por isso, a leitura é retratada prioritariamente com convites de casamento, cardápio de festas, menu dos principais bares do Rio de Janeiro.

Quadro 14 – Adauto

TOTAL	13
Livro	5
Revista	1
Jornal	0
Celular	1
Computador	5
Impressos	0

Fonte: o autor (2017).

A proporção mais intrigante é a de Adauto, pela relação entre o analfabetismo e a presença do livro, associação aparentemente imprópria. É dito que ele abandonou os estudos na adolescência e talvez por isso seja representado como gari. Sabendo que o diploma se estabelece enquanto capital cultural no acúmulo de títulos para a formação, reforça-se o preconceito de que o universo letrado é o único caminho que leva ao sucesso profissional, restando as atividades mais rasteiras àqueles que, por inacessibilidade da educação, não concluíram os estudos. Além disso, conforme apresentado, pode-se dizer que a vivência e o entendimento de mundo pressupõe qualquer prática letrada (CHARTIER, 1998) e isso é verificado nos momentos em que Adauto folheia os livros realizando a leitura fonética à sua própria maneira, rompendo com os códigos de texto, ambiente ou postura (ABREU, 2001), ignorando o autoritarismo do objeto por si só enquanto demarcador social.

Quadro 15 – Roni

TOTAL	12
Livro	0
Revista	1
Jornal	3
Celular	1
Computador	3
Impressos	4

Fonte: o autor (2017).

Roni é um talentoso jogador de futebol, o qual trabalha na loja de roupas do pai. A leitura acontece através de impressos em geral e diz respeito ao controle de vendas, manutenção de estoque, quadro de funcionários, dentre outros. A prática não é informativa, muito menos prazerosa. Acontece dada a demanda de realização das atividades diárias no ambiente de trabalho.

Figura 9 – Diógenes, Leleco, Suelen, Paloma, Monalisa, Roni, Adauto

Fonte: Avenida Brasil (2012).

Quadro 16 – Iran

TOTAL	10
Livro	1
Revista	0
Jornal	3
Celular	2
Computador	2
Impressos	2

Fonte: o autor (2017).

Iran, filho de Monalisa, é retratado na maior parte das situações folheando um jornal. Também jogador de futebol, vive mediante as mesadas que a mãe fornece. Nas referidas cenas, se encontra sem camisa, deitado no sofá, com o veículo aberto sobre o colo. Nota-se, então, o modelo de leitura para circunstâncias de deleite em que o praticante se relaciona com a informação jornalística para se inteirar sobre os acontecimentos. É possível identificar, além da situação despretensiosa, o tipo do conteúdo, já que a personagem se detém nos cadernos esportivos dada a proximidade com o universo de atleta.

Quadro 17 – Olenka

TOTAL	8
Livro	1
Revista	1
Jornal	2
Celular	1
Computador	0
Impressos	3

Fonte: o autor (2017).

A personagem Olenka lê principalmente através de impressos em geral, os quais são representados por embalagens de produto capitar, agenda de cliente e demais anotações referentes ao trabalho, sabendo que é cabeleireira no salão de Monalisa. Prática igualmente circunstanciada, associando, senão, o ambiente às demandas do ofício.

Quadro 18 – Dolores

TOTAL	7
Livro	5
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	2

Fonte: o autor (2017).

Os dados de Dolores são, no mínimo, curiosos, uma vez que a maioria das situações de leitura envolve um texto em especial – a Bíblia, escritura mais lida no globo, universalizada, senão, pela prensa de Gutenberg (Lyons, 2011). A personagem tenta se redimir de um passado obscuro enquanto atriz de filmes eróticos e, para tanto, se converte na religião evangélica com objetivo de “levar a palavra de Cristo”. As situações acima mencionadas acontecem quando ela tenta procurar no discurso religioso as explicações para acontecimentos cotidianos. Existe, também, a mistificação quanto à leitura do sacramento, observada como ato de súplica e indulgência.

Quadro 19 – Leandro

TOTAL	6
Livro	0
Revista	1
Jornal	1
Celular	0
Computador	1
Impressos	3

Fonte: o autor (2017).

Quadro 20 – Janaína

TOTAL	6
Livro	1
Revista	0
Jornal	0
Celular	2
Computador	0
Impressos	3

Fonte: o autor (2017).

Quadro 21 – Betânia

TOTAL	6
Livro	1
Revista	0
Jornal	1
Celular	2
Computador	0
Impressos	2

Fonte: o autor (2017).

Tanto Leandro quanto Janaína foram identificados em 6 situações de leitura que envolvem impressos em geral como Algarismos mais altos. Ele realiza através de papéis administrativos da loja onde trabalha com Roni e Suelen, o que representa controle de vendas, manutenção de estoque e atividades afins; ela, através de anotações, lembretes e lista de afazeres. Em ambos os casos não há um paradigma de texto específico ou instruções normativas sobre o corpo durante a prática. Acontece para a execução dos seus respectivos trabalhos, uma vez que a novela reforça a ideia de que as camadas populares realizam as leituras sem quaisquer complexidades, reservando, assim, os materiais eruditos às classes detentoras do capital para que somente a elite letrada seja capaz de apreciar a cultura (MARTINS, 1994). O mesmo acontece com Betânia, a qual viveu no lixão ao lado de Nina, que lê as mensagens trocadas com a amiga para auxiliar na vingança contra Carminha.

Quadro 22 – Lucinda

TOTAL	6
Livro	1
Revista	0
Jornal	1
Celular	1
Computador	0
Impressos	3

Fonte: o autor (2017).

Quadro 23 – Nilo

TOTAL	5
Livro	0
Revista	2
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	3

Fonte: o autor (2017).

Figura 10 – Iran, Olenka, Dolores, Janaína, Lucinda, Betânia, Leandro e Nilo

Fonte: Avenida Brasil (2012).

Há de se ressaltar os números do casal Lucinda e Nilo, os quais se relacionam com a leitura através de práticas informais, sem intuito informativo ou lúdico, apenas para se colocar no mundo diante dos acontecimentos. É realizada através de anotações e bilhetes deixados ao longo da trama, frente à ambientação de onde os dois passam a maior parte do tempo. Além disso, essa noção sustenta preconceitos analisados anteriormente de que as camadas populares leem coisa simples e manifestações originárias da própria camada (MARTINS, 1994).

Quadro 24 – Tomás

TOTAL	4
Livro	2
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	1
Impressos	1

Fonte: o autor (2017).

Quadro 25 – Jimmy

TOTAL	1
Livro	0
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	1

Fonte: o autor (2017).

Tomás, embora pertencente ao “núcleo rico” pelo parentesco com Cadinho e Noêmia, seus pais, figura dissonantemente entre as situações menos expressivas de práticas leitoras. Isso se dá pelo fato de que a personagem tem uma aparição pálida até mesmo para narrativas secundárias. Na referida amostragem, a predominância, portanto, se dá pelo livro, já que no mencionado círculo familiar houve contato com o suporte e um tipo específico de texto, cujo conteúdo é tratado com eruditismo. A representação da cultura, mais uma vez, é dada pelos muitos livros que estão dispostos pela casa, percebidos na estigmatização enquanto objeto de uso exclusivo das classes dominantes (CHARTIER, 1998). Já Jimmy, por assessorar Cadinho na empresa, evidentemente é representado mais vezes no tocante aos materiais impressos de natureza empresarial, seja contratos, atas, memorando, ofícios, pautas ou cotações. É retratado no escritório da imobiliária, vestindo trajes sociais, sentado à mesa repleta de papeis.

Quadro 26 – Silas

TOTAL	4
Livro	1
Revista	0
Jornal	2
Celular	0
Computador	1
Impressos	0

Fonte: o autor (2017).

Quadro 27 – Tessásila

TOTAL	4
Livro	3
Revista	1
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	0

Fonte: o autor (2017).

Quadro 28 – Lúcio

TOTAL	2
Livro	0
Revista	0
Jornal	0
Celular	1
Computador	1
Impressos	0

Fonte: o autor (2017).

À medida que se caminha na direção dos menores indicadores, percebe-se o aspecto incômodo de figurarem no “núcleo pobre”, questão que será explanado a *posteriori*. Quanto a isso, observa-se que Silas tem o bar mais movimentado do Divino e nos poucos momentos em que não está trabalhando, aparece lendo jornal, prática pela qual a personagem faz para se estabelecer no mundo diante dos acontecimentos, com o veículo sobre o colo, sentado, num momento que conjuga lazer e informação. Há também Tessália, moça tímida do interior, que sonha em ser professora para crianças. Lê livro em três das quatro situações computadas nessa amostragem, prática que acontece sem mistificação referente ao texto, ao local e à postura, já que lê receitas no trabalho, entre um corte e um alisamento, de maneira livre. Lúcio, filho de Janaína, lê pelo celular em duas das três situações, nas quais combina com Carminha a execução dos golpes.

Quadro 29 – Genésio

TOTAL	2
Livro	0
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	2

Fonte: o autor (2017).

Quadro 30 – Zezé

TOTAL	2
Livro	0
Revista	0
Jornal	0
Celular	1
Computador	0
Impressos	1

Fonte: o autor (2017).

Quadro 31 – Picolé

TOTAL	2
Livro	2
Revista	0
Jornal	0
Celular	0
Computador	0
Impressos	0

Fonte: o autor (2017).

Os últimos foram propositalmente colocados para evidenciar a discrepância das práticas de leitura entre Genésio, Zezé e Picolé, tenha visto que o primeiro

morreu no primeiro episódio dos 179 da trama, ao passo em que esta, empregada dos Tufão, está presente durante as três fases da narrativa, embora com apenas duas capturas cada. Nota-se a predominância de impressos em geral para ambos: ele através de documentos, um do trabalho, o outro referente à venda da casa; ela se organizando com anotações deixadas pela patroa. Nas duas situações não há paradigmas de postura, texto ou território, já que se constituem enquanto práticas “informais”. Picolé, por fim, mesmo que com pouca participação, lê livro nas duas ocasiões que em é flagrado: na primeira, uma história infantil encontrada nos amontoados de lixo; na segunda, um conjunto de poesias dado a Nina na circunstancia em que ele a espera no hospital. Embora o suporte seja o suprasumo daquilo convencionado enquanto clássico, nota-se que não há consensos pré-estabelecidos que mistificam o ato na circunstância em questão.

Figura 11 – Silas, Tomás, Tessália, Jimmy, Genésio, Zezé e Picolé



Fonte: Avenida Brasil (2012).

Com apenas um algarismo, apresenta-se, por fim, as personagens com menor contingente de leitura, ocorrências notadas para Darkson, Beverly, Pilar e Santiago. As situações, nos dois primeiros casos, acontecem pela pouca contribuição à trama, seja ela principal ou secundária; os últimos, pela inserção tardia já na segunda fase da novela. Todos realizam a prática através dos impressos em geral, sendo que Darkson lê as recomendações do patrão, Diógenes; Berverly,

embalagens de xampu; Pilar, o cardápio de uma destilaria; e Santiago um bilhete deixado por Nina; situações comumente marginalizadas pelos consensos autoritários (BRITTO, 2012) sabendo que tradição bacharelesca e letrada fica inclinada a desconfiar das manifestações populares (RIDRIGUES, 2016).

À luz de Abreu (2001) e Chartier (1998), deve-se ressaltar que a leitura, de maneira geral, é retratada diferentemente do “núcleo rico” para o “núcleo pobre”. Fica perceptível, por exemplo, quando a prática referente à elite é caracterizada pelo eruditismo dogmático, em que o livro traz a mensagem de saber, esclarecimento e autoridade. Existe a idealização de um tipo específico de texto, cuja atividade exige fôlego e estudo, muito além do entretenimento. O conhecimento acumulado e a atividade intelectual constantes estão associados aos locais iluminados, privativos, com decoração apropriada, em que o sujeito o faz sentado ou imóvel, elegantemente vestido.

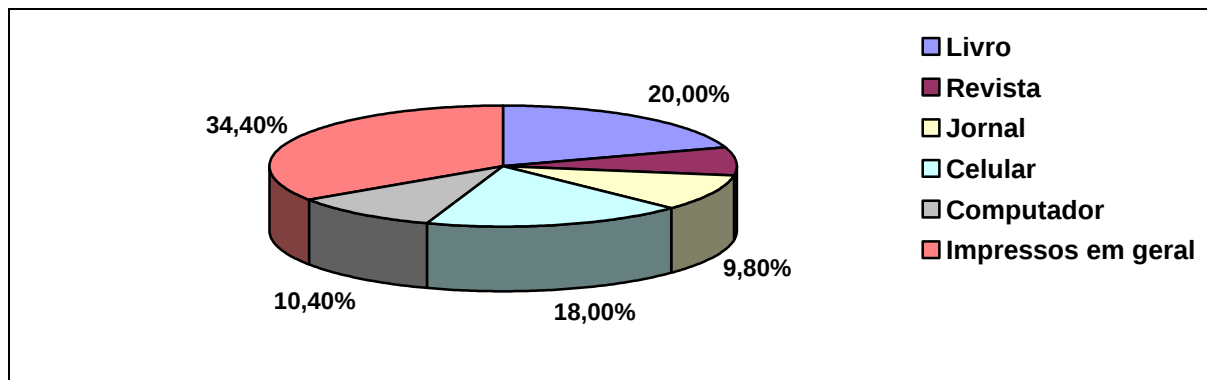
Trata-se, senão, de uma demarcação social que distancia as práticas populares ao representarem precariedade e escassez daqueles que não detêm o capital financeiro. A desproporção fica evidente pela particularidade desses sujeitos-leitores em não almejarem acumular leituras para arcabouço teórico enquanto capital cultural. Não há, aqui, iluminação adequada, tampouco decoração. As vestimentas não tem ligação específica à prática a não ser pela caracterização das personagens. Acontece em ambientes quaisquer, geralmente agitados, sem indícios de conforto ou intimidade.

Embora seja comum admitir que para cada leitor existe a sua leitura (CHARTIER, 1998), a construção estereotipada desses preconceitos configura um mecanismo de violência simbólica (BOURDIEU, 1999) para reforçar a ideia de que determinadas leituras são melhores que outras, desqualificando não só os objetos, mas as pessoas que o tomam para ler, determinando a legitimidade insustentável de uma prática excludente e redutora. A hostilidade é disseminada face à estratificação das classes e, por conseguinte, do capital (MARX; ENGELS, 2011), de modo que confere às manifestações culturais o valor de mercado e status, envolvidas fatalmente em questões políticas, econômicas e históricas.

Levando em conta os suportes dentro da trama, pode-se afirmar que, no universo de 610 situações de leitura, o livro foi identificado 121 vezes; a revista, 45; o jornal, 60; o celular, 110; o computador, 64; e os impressos em geral, finalmente,

210. Isso posto, observa-se a porcentagem que cada material representa dentro da trama conforme o gráfico em sequência.

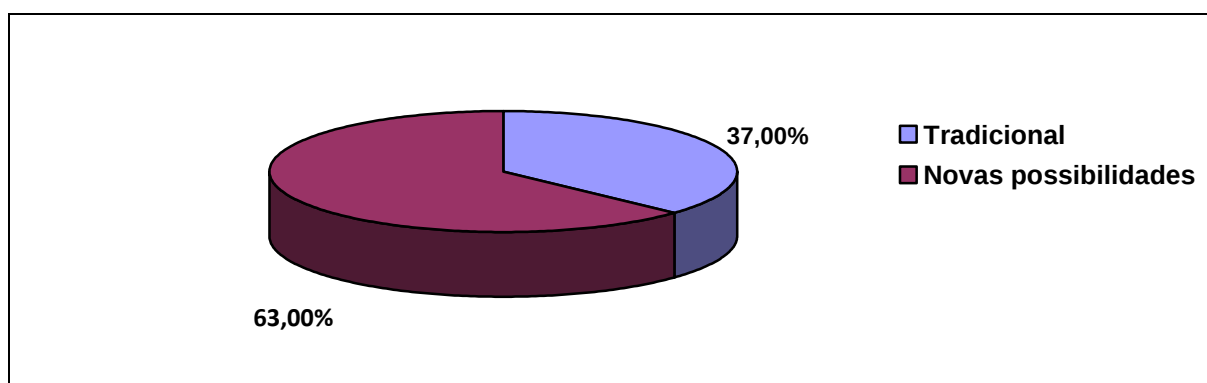
Gráfico 6 – Práticas de leitura na novela



Fonte: dados da pesquisa (2017).

É dever assumir aqui, mais uma vez, a democratização das práticas de leitura para propor luz aos ao embate “livro x impressos em geral” para que assim seja possível declarar resistência à normatividade, consagrando situações fora das margens desse preconceito. Salienta-se ainda que, do domínio dos 40 personagens em questão, 36 lê impressos em geral, ao passo em que apenas 27 o faz pelo livro. Não considerar as demais circunstâncias cotidianas que passam despercebidas frente aos consensos autoritários é destituir a análise de um panorama fidedigno com relação ao percurso histórico do país, mesmo se tratando de um contexto ficcional. É neste momento que teoria e prática se fundem e os referenciais teóricos retomados para desconstruir as determinações que algemam a leitura a um texto e suporte específicos, questionando a manutenção da cultura pela classe dominante como única possibilidade de verificação.

Gráfico 7 – Suporte: tradicional X novas possibilidades



Fonte: dados da pesquisa (2017).

De acordo com o gráfico, é possível verificar que livro, jornal e revista equivalem a menos da metade do conteúdo analisado, pelos cálculos de 226 das 610 práticas. Considerá-los com exclusividade alijaria 384 outras ocorrências, apresentando uma discussão superficial e não obstante tendenciosa. Assim sendo, não generaliza a leitura pelos paradigmas da área, já que ler não é uma equação matemática, mas uma atividade intelectual que traz consigo um coeficiente humano impossível de destituir a subjetividade inerente a ele. Seja bilhete, carta, foto, lista de compra, embalagem de produto, cotações de mercado, a produção de sentido se estabelece na relação que faz o sujeito com o mundo.

Não se pode negar, também, os novos contextos tecnológicos em que as mídias sociais estão cada vez mais presentes, com performances determinantes nas atividades contemporâneas. *Tablets* e *smartphones* são observados em praticamente todos os segmentos da sociedade como extensão da memória humana, de modo que as informações são produzidas, registradas, disseminadas e incorporadas num ritmo vertiginoso. A leitura através dos novos suportes é subversiva, uma vez que reúne vários tipos de texto num ambiente só, de modo a questionar, ainda assim, os pressupostos de que a prática precisa acontecer em locais específicos, com posturas acondicionadas pelo objeto.

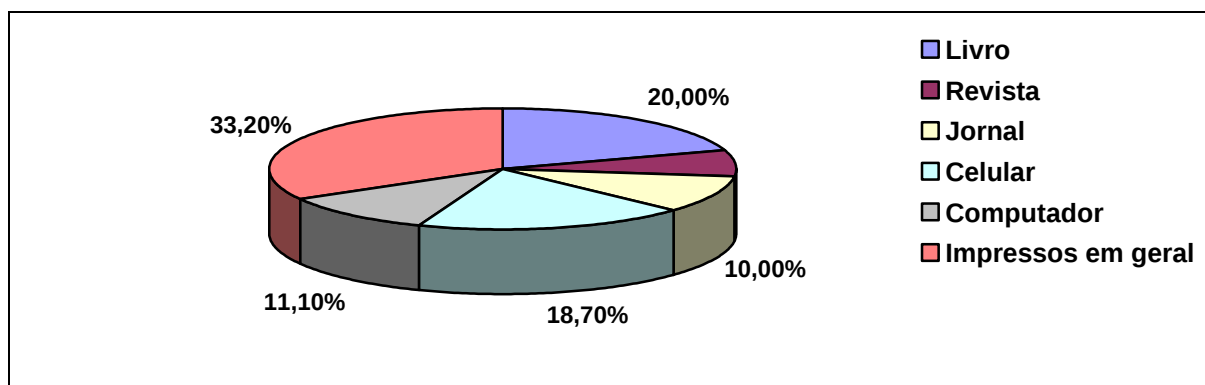
Para estabelecimento dos núcleos “rico” e “pobre”, levou-se em consideração as contribuições de Marx e Engels (2011) no que tange à estrutura de classe social. A classificação acontece com base nas relações de trabalho e acúmulo de capital num binarismo inerente ao modo de produção capitalista em que o proprietário detém os meios e explora o proletariado. Existem outros marcadores sociais, mas determina-se aqui o poder aquisitivo (renda) e condição financeira identificados no entendimento da narrativa de Avenida Brasil. Desse modo, pode-se dizer que, das 40 personagens trazidas anteriormente, 55% pertence ao “núcleo rico” e 45% “ao núcleo pobre”, já que 22 deles estão na primeira categoria e 18 na outra. A saber:

- **Núcleo rico:** Tufão, Carminha, Ivana, Max, Leleco, Muricy, Ágata, Jorginho, Nina, Verônica, Débora, Noêmia, Tomás, Alexia, Pilar, Paloma, Cadinho, Jimmy, Monalisa, Iran, Diógenes e Silas.
- **Núcleo pobre:** Lucinda, Nilo, Betânia, Picolé, Janaína, Lúcio, Zezé, Darkson, Roni, Leandro, Suelen, Dolores, Beverly, Olenka, Santiago, Genésio, Tessália e Adauto.

Algumas questões da trama precisam ser esclarecidas para justificar a classificação anterior: Nina, embora esteja a maior parte dos episódios na condição de cozinheira, utiliza o cargo exclusivamente para executar sua vingança. Foi adotada por uma família argentina e o pai era dono de uma vinícola. Além disso, Monalisa e Iran, mesmo que moradores do Divino, têm boa renda pelo sucesso dos salões de beleza que os permite desfrutar de alguns luxos. Por fim, Diógenes e Silas, donos respectivamente de uma loja e um bar, figuram no “núcleo rico” por pertencerem ao que se entende como classe média, acima de tudo pela condição de proprietários, relação que envolve sempre exploração de mão de obra e lucro (MARX; ENGELS, 2011).

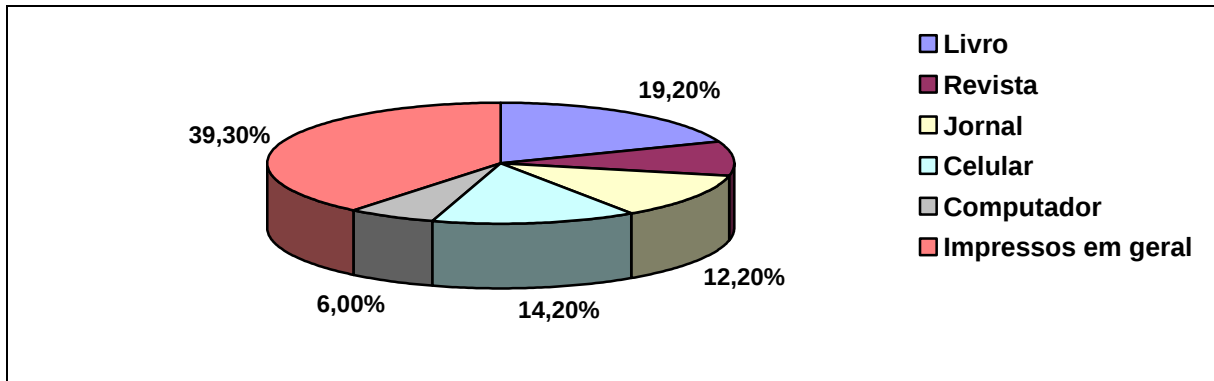
Quanto às práticas no primeiro grupo, dão conta que, do universo de 610 situações contabilizadas através de todas as cenas, 511 acontecem aqui, segmento que equivale, portanto, a 84% de toda a leitura. Dentro dessa parcela, os suportes apresentados apontam que o livro foi identificado 101 vezes; a revista, 36; o jornal, 51; o celular, 96; o computador, 57%; e os impressos em geral, 170. O mapeamento dessas práticas é interpretado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Práticas de leitura núcleo rico



Fonte: dados da pesquisa (2017).

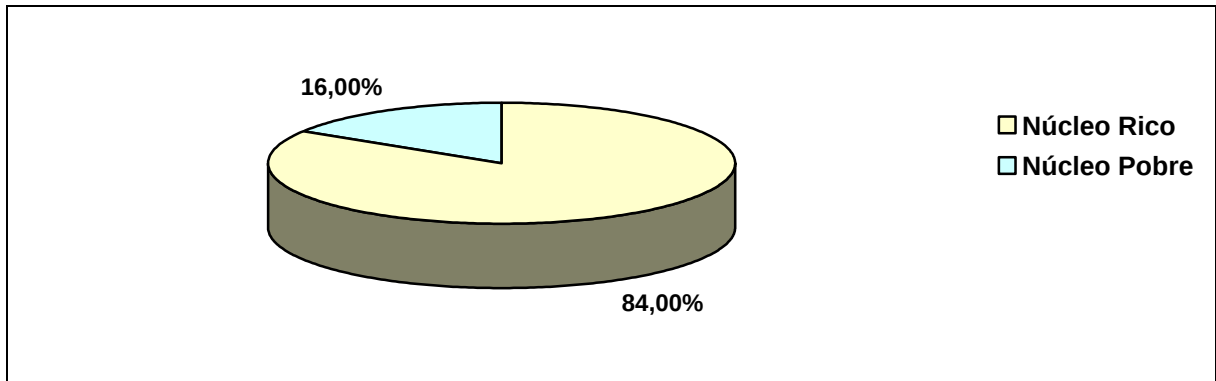
No que tange às práticas do “núcleo pobre”, dentro das 610 ocorrências, apenas 99 dizem respeito às camadas populares, o que equivale a ínfimos 16% de toda a leitura, representando o segmento através da seguinte quantidade: livro, 19 vezes; revista, 9; jornal, 12; celular, 14; computador, 6; impressos em geral, por fim, 39. A análise acompanha o gráfico que segue.

Gráfico 9 – Práticas de leitura núcleo pobre

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Analisando comparativamente os gráficos 8 e 9, é possível identificar qual o tipo de leitura predominante em cada núcleo, bem como sua justificativa apoiada nos estudos anteriores. Mesmo com 5% a mais de personagem, guardam-se as proporções para escancarar a disparidade na distribuição da prática entre os segmentos “rico” e “pobre”, muito embora não seja surpresa, dado o entendimento teórico dos preconceitos dessa órbita, o qual incomoda os olhos e o brio encontrar tão pouca manifestação cultural no “núcleo pobre”. Além disso, pode-se ressaltar, também, a representação dessas classes, na incongruência configurações sociais completamente distintas.

A hegemonia dos “impressos em geral” é incontestável em ambas as categorias; entretanto, as circunstâncias são completamente distintas, já que no cenário “rico” representa a documentação inerente aos registros de informação oficiais, ao passo em que, no segundo, se materializa enquanto bilhetes ou anotações gerais. Ainda que em contextos informais, sem paradigma de corpo ou texto, não destituem a prática do universo de leitura. O livro, em contrapartida, carrega os preconceitos supracitados na mistificação de um texto específico que denota eruditismo e complexidade (CHARTIER, 1998). Através das personagens Tufão, Noêmia, Muricy e Ágata, é disseminada a noção de que os clássicos são para um conjunto muito seletivo da elite, a qual o utiliza enquanto acúmulo de capital cultural (BOURDIEU, 1999).

Gráfico 10 – Práticas de leitura: núcleo rico X núcleo pobre

Fonte: dados da pesquisa (2017).

A hipótese se confirma quando, a partir do exposto, dá-se conta de que as classes dominantes guardam para si o direito de ler e apreciar a cultura aos seus moldes (MARTINS, 1994), prática, senão, dos “poucos e bons”, privilegiados pela renda farta (ABREU, 2001). No núcleo rico é facilmente notada a cultura através da presença do cinema, das exposições culturais, da formação superior. As camadas populares, portanto, nas lentes da referida novela, são incapazes de ler textos densos e complexos, modalidades estas para fruição exclusiva de quem detém os meios de produção. Esta demarcação social atesta que os indivíduos de baixa renda não leem, fato absurdo de se considerar, uma vez que eles o fazem por outros textos e suportes, diante dos materiais que lhes foram oportunizados, superando as barreiras sociais da fome, criminalidade, desemprego, problemas habitacionais, educação inacessível e demais adversidades.

Em conclusão, a TV, especificamente através da novela, manipula a circulação de pensamentos pelos aparelhos ideológicos de e para a violência simbólica (ALTHUSSER, 1983 apud SILVA, 1999), fazendo os telespectadores acreditarem, portanto, que não são leitores. Mais uma vez as mazelas do capitalismo se deflagram, pois a supremacia dos que acumulam o capital determina a lógica da coletividade e, acima de tudo, corrobora à coação simbólica (BOURDIEU, 1999) daqueles que se atrevem a (r)existir fora do núcleo, declarando resistência e emancipação à alienação das práticas hegemônicas.

9 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo, encerra-se a linha de raciocínio, muito embora seja impossível findar as discussões. Todo esforço aqui empenhado converge, senão, ao parecer final de quem escreve, retomando aspectos do projeto de pesquisa a fim de avaliar os meandros da caminhada. Pode-se dizer que a problemática inicial foi respondida à altura das expectativas, tenha visto o panorama construído pelas manifestações culturais entre os núcleos “rico” e “pobre” de Avenida Brasil, que dá conta da novela em sua completude. As práticas de leitura de todas as personagens foram contabilizadas de modo a apontar a notável incongruência que acontecem em maior número no primeiro segmento.

Conforme apresenta a seção anterior, os dados apontam para o fato de que as classes dominantes guardam para si o direito de criar, fruir e apreciar a cultura aos seus moldes, marginalizando, assim, as demais experiências pela detenção do capital financeiro e cultural. Esse aspecto havia sinalizado parcialmente os resultados, os quais se confirmaram com análise e exposição.

A ideia de leitura na novela foi extraída através categorias estabelecidas pelo pesquisador. Desse modo, não se ativeram com exclusividade ao texto clássico em suas especificidades preconizadas pelo cânone escolar. Foi percebida enquanto produção de significado dada pela relação do sujeito com o mundo, muito além da decifração dos signos interpretantes para participação nas esferas sociais. Ela acontece não só pela alfabetização, mas pela história individual e cultura coletiva das quais o sujeito é herdeiro. Há de se ressaltar que não se nega a leitura do livro puramente enquanto objeto, uma vez que esse discurso induziria ao esvaziamento das políticas públicas para a área. Além disso, tem-se ciência de que a sociedade atual exige disposições estruturais que acontecem necessariamente pelo código linguístico para que o sujeito tenha acesso a melhores oportunidades e a informação, assim, seja ferramenta transformadora.

Os preconceitos, por sua vez, chamaram atenção ao reforçar o estereótipo de que as camadas populares não leem, visto a hierarquização da cultura apoiada na estrutura de classe. Deve-se assumir que o livro fica distante socialmente dessa configuração, tanto como texto específico, quanto objeto, já que representa autoridade, eruditismo, esclarecimento e razão acumulados. Mas não se pode preconizar mensagens superficiais e prematuras, desconsiderando as demais

práticas leitoras realizadas por quem não têm capital financeiro. As adversidades político-econômicas que enfrentam para chegarem à escola e, quando muito, biblioteca, são dignas de respeito, haja visto fome, criminalidade, problemas habitacionais e demais mazelas. Contudo, diz-se: eles leem, sim, a partir dos materiais que têm acesso e esse fato não os destitui da condição de sujeitos-leitores, cada qual com sua dinâmica e lógica próprias. Deflagra a ausência de políticas públicas efetivas e falta de investimento às camadas populares, garantindo acesso à alfabetização.

Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que as práticas de leitura em Avenida Brasil foram mapeadas em completude e os preconceitos verificados a partir da distribuição de manifestações culturais entre os núcleos “rico” e “pobre”. A hipótese igualmente correspondida, já que existe uma reprodução elitista, antidemocrática, conservadora e, não obstante, tendenciosa, ao atribuir as experiências culturais àqueles que detêm os meios de produção, alijando socialmente indivíduos que também contribuem à manutenção cultural.

Os caminhos metodológicos, por fim, foram efetivos na determinação das categorias verificadas pela Análise de Conteúdo, mas sobretudo pela técnica de extração das mensagens visuais apresentadas em ordem de freqüenciamento. É importante frisar que as diretrizes teórico-conceituais vislumbraram discussões sobre a hegemonia dos paradigmas normativos desse universo com pretensões de encorajar os leitores do presente estudo a declarar sua emancipação intelectual para além dos grilhões que diminuem as práticas culturais. Sugere continuidade à medida que investigará, na sequência, a recepção por parte dos telespectadores para que efetivamente confirmem, ou não, o incentivo às práticas de leitura caso fosse representada na novela em sua plena diversidade.

Em conclusão, a novela representa um aparelho ideológico a serviço da supremacia de quem possui renda e poder aquisitivo, que, embora pareça inofensivo dada a identificação com a realidade e capacidade de entretenimento, dissemina um conteúdo tendencioso que trabalha, senão, para a violência simbólica: ao retratar o “núcleo pobre” com tão pouca leitura, faz crer que as camadas populares são incapazes de tal atividade, acima de tudo que não se prestam à apreciação de cultura, como se estivessem no mundo unicamente para serem explorados pela modo de produção capitalista.

No tocante às contribuições acadêmicas, justifica-se na inexpressividade da Biblioteconomia em trabalhar concepções de leitura e preconceitos pela perspectiva sociológica, subvertendo os consensos os autoritários que admitem com certa tranquilidade dizer que a popularização do conceito e da prática de leitura destituem o termo de sua essência substancial. O trabalho em questão propõe resistência para causar incômodo nas discussões da área e escancarar, portanto, a crise de leitura que se estabelece não pela ausência do texto clássico determinado pela elite letrada, mas pela insuficiência de questionamentos que estremeçam o autoritarismo e o pensamento “colonizante” numa prática com tamanha responsabilidade social. A eminente preocupação do distanciamento entre o sujeito pós-moderno e a biblioteca brasileira só fará sentido, então, quando considerar a herança e o percalço histórico percorrido pela maioria, de modo que o “*locus* do saber” funcionará enquanto referência na formação dos indivíduos quando as circunstâncias daquele ambiente não criarem requisitos excludentes pela prática de leitura.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Diferenças e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Belo Horizonte: Ed. Ceale, 2001. P.139-157.
- AMARAL, Mauro. Saiba como é medida a audiência da televisão brasileira. 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/11/saiba-como-e-medida-audiencia-da-televisao-brasileira.html>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- ARAÚJO, E. A. de; OLIVEIRA, M. de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. P. 29-44.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2002. 280 p.
- BORDENAVE, Ruan Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997. 106 p. (Coleção primeiros passos, v.7).
- BORELLI, S. H. S.; PRIOLLI, G. (Orgs.). **A deusa ferida: por que rede globo não é mais a campeã absoluta de audiência**. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2000. 263 p.
- BOURDIEU, Pierre. Leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. 2 ed. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1996. P. 231-253.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. 472 p.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio**. Campinas: Ed. Mercado das Letras, 2012. 143 p.
- CAMARGO, Camila. História da televisão. 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/projetor/2397-historia-da-televisao.htm>>. Acesso em: 26 out. 2017.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2014. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CHARTIER, Roger. **Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. 160 p.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. 95 p. (Coleção primeiros passos, v. 8).

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. P 222.

DOMINGOS, Paula Beatriz. O subúrbio em Avenida Brasil: indícios de inovação na teledramaturgia brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <file:///D:/Users/V%C3%ADtor/Downloads/qt_midia_audiovisual_e_visual_paula_faria.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

FACHINETTO, Eliane Arbusti; RAMOS, Flávia Brocchetto. Reflexões sobre leitura: estudo de caso. **Espéculo: revista de estudos literários**, Madri, n. 32, 2006. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero32/reflexoe.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2010. P. 462.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 472 p.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.280-315.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 288 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010. 176 p.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2011. P. 107-117.

GRUN, Roberto. Capital cultural, conhecimento e dominação social: as pistas e os problemas levantados pela dominação financeira contemporânea. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31 n. 2, maio./ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000200403>. Acesso em: 25 out. 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela primeira vez, domicílios brasileiros têm mais TV do que geladeira e rádio. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-04-27/ibge-pela-1-vez-domicilios-brasileiros-tem-mais-tv-e-geladeira-d.html>>. Acesso em 10 ago. 2017.

ISRAEL, V. Avenida Brasil nas redes sociais: o poder do #oioioi. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/VictorIsrael/avenida-brasil-nas-redes-sociais-o-poder-do-oioioi>>. Acesso em: 05 set. 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Ed. Papirus, 2005. 324 p.

LOPES, Maria Immacolada Vassalo de (Org.). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2015. 455 p. (Coleção Teledramaturgia, v. 4).

LORÊDO, João. **Era uma vez a televisão**. São Paulo: Ed. Alegro, 2000. 270 p.

LYONS, Martyn. Tradução de Luís Carlos Borges. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Ed. Senac, 2011. 224 p.

MARCOLINO, Ricardo Santos. A representação do Brasil na telenovela: estudo de caso de Avenida Brasil. **Temática**, João Pessoa, v. 12, n. 3. p. 17-28, mar. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/28208/15124>>. Acesso em: 26 out. 2017.

MARX, Carl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 8 ed. Ed. São Paulo: Ed. Lafonte, 2011. 72 p.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 81 p.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Alas, 2007. 151 p.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. Briquet de Lemos/Livros, 2006. 259 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão pública na América Latina: para quê e para quem?** 2008. 359 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Instituto de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01122009-102437/pt-br.php>>. Acesso em 25 ago. 2017.

PERERIRA, Luís. A importância da etimologia. Disponível em: <<http://latim.blogspot.com.br/2005/02/importancia-da-etimologia.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia de televisão**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012. 208 p. (Coleção Debates, v. 325).

RODRIGUES, Sérgio. **Viva a Língua Brasileira**: uma viagem amorosa, sem carete e sem vale-tudo pelo sexto idioma mais falado do mundo: o seu. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2016. 383 p.

SANTOS, Andrea Pereira dos. O bibliotecário além das margens no processo de letramento informacional. In: AMORIM, Antônio Carlos; WUNDER, Alik (Orgs.). **Leitura sem margens**. Campinas: Ed. Leitura Crítica, 2015. P. 353-378. Disponível em: <http://alb.org.br/wp-content/uploads/2015/11/19-cole-caderno_resumos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

SANTOS, Andrea Pereira dos. A percepção dos professores diante das práticas de leitura dos graduandos da UFG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, Paraíba, PB, **Anais...** Paraíba, PB: Ed. UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2652/1032>>. Acesso em 13 ago. 2017.

SANTOS, Andrea Pereira dos. **Juventude da UFG**: trajetórias socioespaciais e práticas de leitura. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5358/5/Tese%20-%20Andr%C3%A9a%20Pereira%20dos%20Santos%20-%202014.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/ep445/t2.htm>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SOUSA, Andreia Lisboa de; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Oralidade**: cantos e re-encantos: vozes africanas e afro-brasileiras. 2017. Disponível em: <<file:///D:/Users/V%C3%ADtor/Downloads/Oralidade%20-%20Cantos%20e%20re-encantos%20vozes%20africanas%20e%20afro-brasileiras%20-%20Geled%C3%A9s.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SISTO, Celso. O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. **Tabuleiro de Letras**, Bahia, v. 3, n. 1, ed. Especial, 2010. Disponível em: <http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_especial/pdf/artigo_nespecial_01.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Thompson, Paul. A contribuição da história oral. In: _____. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992. P. 104-137.